

Barragem
do Rio Iraí.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

A Sanepar compartilha com o mercado e a sociedade sua atuação e resultados, estratégias e metas que asseguram a continuidade do negócio e a geração de valor

APRESENTAÇÃO

Este Relatório da Administração 2018 da Sanepar integra o processo de divulgação de resultados da Companhia, comprometida com as melhores práticas de governança e transparência para as partes interessadas.

Importante ferramenta no processo de gestão, a publicação detalha os resultados do ano considerando um amplo olhar sobre a Companhia, suas conquistas e desafios. Os temas retratados consideram as melhores práticas de relato como as

diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), os requisitos do modelo de governança de Nível 2, da B3, onde a Sanepar tem ações, e a Lei das Estatais (nº 13.303/2016), entre outros normativos dos órgãos reguladores. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

O processo de comunicação de resultados da Sanepar é a reafirmação do seu compromisso com a transparência das informações prestadas a todas as partes interessadas. Integra esse processo o Relatório de Sustentabilidade, com o detalhamento do desempenho socioambiental e de governança, a ser lançado no primeiro semestre de 2019.

A SANEPAR Do rio ao rio

Pela extensão de sua atuação, a Sanepar é uma das maiores empresas em operação no Paraná e, entre as companhias de saneamento do País, é considerada modelo, sendo referência em diversas frentes.

Com 3,1 milhões de ligações de água e 2,1 milhões de esgoto, apresenta índices de desempenho superior à média nacional: 100% para abastecimento de água nas áreas urbanas e 72,5% para coleta de esgoto. Todo o volume de esgoto coletado recebe tratamento. No restante do País, o esgoto urbano coletado representa, em média, 59,7% do total, sendo que 74,9% deste volume recebe tratamento, conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2016.

Mesmo com índices acima da média nacional, a Sanepar investe na ampliação do serviço de esgoto, e sua meta é alcançar a universalização do saneamento ambiental concluindo o ciclo do "rio ao rio".

Com essa visão, a Sanepar se define como empresa ambiental que trabalha pela conservação da natureza, pois é dela que vem a matéria-prima essencial para a manutenção de suas atividades, ou seja, primando pela sustentabilidade.

Para atuar em praticamente todo o Estado, nas várias frentes, a Companhia conta com uma força de trabalho de mais de 7 mil empregados e realiza investimentos contínuos para ampliação e melhoria de seus serviços. Nos últimos oito anos, foram aportados mais de R\$ 6 bilhões. Apenas em 2018, foram investidos R\$ 1,030 bilhão, o que significou um incremento de 17% em relação ao ano anterior.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Sanepar continua seus esforços para expandir os serviços de coleta e tratamento de esgoto em busca da universalização.

Com demanda de água de 51.366 litros por segundo, o Paraná tem uma situação que pode ser considerada confortável, quando se verifica que a disponibilidade hídrica, segundo dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos, de 1.153.170 l/s. O ponto de maior atenção está em Curitiba e Região Metropolitana, que concentram o maior contingente populacional do Estado, onde funciona um Sistema de Abastecimento de Água Integrado (SAIC), que opera com quatro barragens (Piraguara I, Piraguara II, Irai e Passaúna) e capacidade de atendimento muito superior à demanda.

Mesmo com este cenário hídrico, a Sanepar tem o compromisso de usar racionalmente esses recursos. A Companhia investe no planejamento de longo prazo, visando a garantia do abastecimento. Um exemplo dessa visão é a nova barragem do Rio Miringuava, em construção no município de São José dos Pinhais, vizinho à Curitiba, para reforçar o sistema integrado da região.

Quando se fala em esgotamento sanitário, a Sanepar continua seus esforços para expandir os serviços de coleta e tratamento de esgoto em busca da universalização. O grande destaque de 2018 foi o Litoral paranaense, onde os investimentos nos últimos três anos permitiram importante avanço na ampliação dos serviços de saneamento, fazendo com que alguns municípios passassem de 25,9% para 72% de coleta. Isso melhorou a balneabilidade das praias e eliminou locais impróprios para banho.

A SANEPAR EM DADOS

- > **346** municípios atendidos
- > **100%** de cobertura na rede de água
- > **72,5%** de cobertura de rede coletora de esgoto
- > **3,1 milhões** de ligações de água
- > **2,1 milhões** de ligações de esgoto
- > **54 mil km** de rede de água
- > **35 mil km** de rede coletora de esgoto
- > **Mais de R\$ 6 bilhões** em investimentos nos últimos 8 anos

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como sociedade de economia mista de capital aberto, com ações negociadas em bolsa, e atuando na área de saneamento, a Sanepar está sujeita a diversos regulamentos. A Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e, mais recentemente, a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), além da Lei nº 11.445/2007 (Lei do Saneamento), fazem parte do arcabouço legal ao qual a Companhia está sujeita para desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, como empresa de capital aberto, inserida no Nível 2 de Governança da Brasil, Bolsa, Balcão - B3, a Sanepar submete-se às normas e à fiscalização das autoridades que regulam o mercado de capitais. No âmbito estadual, a Companhia deve observar diretrizes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar).

Para atuar nesse ambiente regulado, a Sanepar tem uma política de governança corporativa que atua em todas as instâncias e visa alcançar padrão de excelência na gestão, com foco em resultados, mas sempre tendo em vista a sua função social.

CONSOLIDAÇÃO

Implementada em 2016, a governança corporativa ganhou área própria no organograma da empresa, unida a riscos e compliance (Governança, Riscos e compliance), e deu em 2018 importantes passos no sentido de sua consolidação. Foram medidas que reforçaram os processos de adequação da Sanepar à Lei das Estatais e ao Nível 2 da B3, a saber:

- Revisão do Estatuto interno, em linha com os pressupostos da Lei nº 13.303/2016, incluindo determinações como o aumento de 25% para 30% do percentual de representantes dos acionistas independentes no Conselho de Administração; a inclusão de representantes dos acionistas minoritários nos Comitês Técnico e de Auditoria Estatutário; a fixação de dois anos para o mandato dos membros do Conselho Fiscal, com a possibilidade de duas reconduções consecutivas;
- Implantação da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Doações e Patrocínios;
- Implantação da Política de Investimentos;
- Capacitação dos profissionais das áreas decisórias da empresa (diretores e gerentes) para atuar em ambiente regulado, com ênfase para o gerenciamento de riscos;

A Sanepar concluiu em 2018 o processo de adequação à Lei das Estatais e foi destacada em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre as três empresas que melhor cumpriram os requisitos legais. A análise da FGV considerou de que forma as determinações legais foram incorporadas em estatais dos vários níveis de governo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão e eficiência

Encerramos mais um ano com excelentes resultados econômico-financeiros e outros, como a expansão da rede de distribuição de água e de coleta de esgoto, ganhos de eficiência, entre outras iniciativas. O ano de 2018, a exemplo do anterior, foi marcado por uma lenta retomada da economia, e o nosso desempenho só comprova a resiliência e a consistência do nosso planejamento estratégico.

Como empresa prestadora de serviços ambientais, nossa primeira diretriz é a de que água não pode faltar e a qualidade é condição de fornecimento. Além disso, temos o compromisso de avançar continuamente no saneamento básico nos 346 municípios que atendemos. Os contratos de concessão/programa com as prefeituras são a base do nosso negócio.

Buscamos ampliar o valor gerado por meio de pesquisa e inovação para temas como eficiência energética e melhores alternativas para a destinação de efluentes e resíduos. Assim nasceram projetos importantes, que já ganham escala na Companhia e têm duplo benefício: contribuir com a conservação ambiental e ampliar o valor gerado aos nossos acionistas.

EFICIÊNCIA

Desde 2017, a Sanepar trabalha sob novo regime regulatório, que prevê a modicidade tarifária por meio do compartilhamento de ganhos de produtividade (Fator X). A partir disso, reforçamos a rotina de controles de indicadores de eficiência em toda a Companhia. A regulação, além de propiciar a prática de custos eficientes, traz segurança

jurídica para os acionistas, assegurando que as tarifas remunerem adequadamente o capital investido e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Esse modelo está alinhado ao que foi estabelecido pela Agepar (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná) e pela Lei do Saneamento (nº 11.445/2007).

PARANÁ É REFERÊNCIA

A Sanepar é a terceira maior companhia de saneamento do País e referência nacional em eficiência. Além disso, Curitiba é a melhor capital do País em saneamento básico desde 2011, segundo o Instituto Trata Brasil, organização civil de interesse público que atua na área de saneamento e proteção ambiental. Todo o volume coletado passa por tratamento antes do descarte nos corpos hídricos.

A alta satisfação dos clientes, com índice de 79%, também comprova a qualidade dos serviços prestados. Trabalhamos para melhor atender e evoluir em conveniência para os

nossos clientes de forma contínua, portanto, ampliamos o número de totens próprios ou em convênio com outros órgãos do Estado, disponibilizando mais um canal de atendimento. Também desenvolvemos uma proposta para ampliar a conexão com os clientes por meio das redes sociais, de forma a facilitar o contato e a disponibilização dos serviços.

Para manter o atendimento de excelência, necessitamos de uma equipe funcional, qualificada e atualizada com as tendências do universo corporativo e com os avanços tecnológicos, razão pela qual investimos em capacitação e carreira de nossos funcionários.

Também fomos uma das primeiras companhias a concluir o processo de adequação aos parâmetros da Lei das Estatais, nº 13.303/2016, o que mereceu destaque da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como uma das três que melhor cumpriram os requisitos legais entre as estatais de vários níveis de governo, reforçando o nosso histórico de governança e transparência.

INVESTIMENTOS POR REGIÃO

REGIÃO NOROESTE

92

municípios atendidos

R\$ 86,7 milhões em água

R\$ 67,8 milhões em esgotamento sanitário

Total: R\$ 154,5 milhões

REGIÃO SUDESTE

85

municípios atendidos

R\$ 91,7 milhões em água

R\$ 61,2 milhões em esgotamento sanitário

Total: R\$ 152,9 milhões

REGIÃO SUDESTE

60

municípios atendidos

R\$ 85,9 milhões em água

R\$ 44,2 milhões em esgotamento sanitário

Total: R\$ 130,1 milhões

REGIÃO METROPOLITANA + LITORAL

33

municípios atendidos

R\$ 117,6 milhões em água

R\$ 203,5 milhões em esgotamento sanitário

Total: R\$ 321,1 milhões

REGIÃO NORDESTE

76

municípios atendidos

R\$ 67,2 milhões em água

R\$ 41,5 milhões em esgotamento sanitário

Total: R\$ 108,7 milhões

● MUNICÍPIOS ATENDIDOS
● MUNICÍPIOS NÃO ATENDIDOS

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	DE 2011 A 2018
Água	123,7	208,6	348,4	408,6	300,4	261,9	351,6	449,1	2.452,3
Esgoto	207,1	240,6	361,5	468,0	446,8	431,3	432,0	418,2	3.005,5
Outros	23,4	27,1	77,1	77,4	47,8	49,2	96,9	162,7	561,6
Total	354,2	476,3	787,0	954,0	795,0	742,4	880,5	1.030,0	6.019,4

MODELO DE NEGÓCIOS

UM PROCESSO CÍCLICO

A Sanepar é uma sociedade de economia mista e de capital aberto com compromissos

so com a geração de resultados para acionistas, clientes e toda a sociedade. A partir de um olhar do rio ao rio, ao longo de toda a cadeia, a Sanepar garante a captação

e o fornecimento de água de qualidade, além da coleta e do tratamento do esgoto. Também faz a gestão de três aterros sanitários. Esse processo de criação de valor

gera resultados financeiros consistentes aos acionistas, benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

ALOCÇÃO DE RECURSOS E CAPITAIS	VANTAGENS COMPETITIVAS	NEGÓCIOS	ATIVOS (CAPITAL MANUFATURADO)	ENTREGAS AOS CONSUMIDORES (OUTPUTS)	GERAÇÃO DE VALOR (OUTCOMES)
CAPITAL FINANCEIRO <ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio líquido de R\$ 5.717,2 milhões e geração de caixa de R\$ 1.362,0 milhões • Investimentos de R\$ 1.030,0 milhões • Nível de endividamento: 1,5 vez o Ebitda (dívida bancária versus Ebitda) 	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza em recursos hídricos • Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada e credibilidade no mercado • Desempenho financeiro acima dos pares do setor • Excelência operacional, com ações para aumento de eficiência • Excelência na gestão 	Abastecimento de água FOCO: Água não pode faltar e qualidade é condição de fornecimento	<ul style="list-style-type: none"> • 168 ETAs (Estações de Tratamento de Água) • 1.103 poços • 4 barragens • 3.137.760 ligações de água • 54.103 km de rede de distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% de cobertura com rede de água • 3.923.428 economias ativas* Qualidade <ul style="list-style-type: none"> • 99,8% de conformidade da água distribuída 	Qualidade e saúde Alto índice de qualidade do serviço da água (99,8% de conformidade) e índice de atendimento com coleta de esgoto acima da média do País, com impactos benéficos à saúde e à qualidade de vida da população nos municípios atendidos.
CAPITAL NATURAL <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade hídrica de cerca de 1,2 milhão l/s • Recursos energéticos estimados de 2,6 milhões de GJ 		Esgotamento sanitário FOCO: Universalização, monitoramento da qualidade dos serviços e redução do impacto ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • 246 ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto) • 2.141.050 ligações de esgoto • 35.982 de rede coletora 	<ul style="list-style-type: none"> • 72,5% de cobertura com rede de esgoto • 100% de tratamento do esgoto coletado • 2.896.583 economias ativas* Qualidade <ul style="list-style-type: none"> • 87.967 mil toneladas de carga orgânica removida ao ano nas ETEs 	Retorno financeiro Pagamento de dividendos e geração de caixa.
CAPITAL HUMANO <ul style="list-style-type: none"> • 7.022 empregados próprios 		Resíduos sólidos urbanos FOCO: Crescimento e diversificação	<ul style="list-style-type: none"> • 3 aterros sanitários 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% de tratamento dos resíduos coletados • 64 mil toneladas de resíduos tratados por ano 	Contribuição ao meio ambiente Gestão de impactos e conservação de corpos hídricos

TEMAS MAIS RELEVANTES	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Governança, transparência e ética	Sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro	Universalização do acesso à água e esgoto	Gestão de recursos hídricos	Sustentabilidade Ambiental	Organização do trabalho e qualidade de vida
	3 - Saúde e Bem-estar 6 - Água potável e saneamento 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis	16 - Paz, justiça e instituições eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação	8 - Trabalho decente e crescimento econômico	6 - Água potável e saneamento	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis	4 - Educação de qualidade 7 - Energia limpa e acessível	4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

* O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

• Criação e desenvolvimento de uma sistemática de controle interno e gerenciamento de riscos, com a utilização da metodologia COSO ERM, criada nos Estados Unidos e usada internacionalmente para detectar lacunas nos processos das empresas e dar mais efetividade à gestão. Na Sanepar, o monitoramento alcança os seis riscos apontados como prioritários para mitigação e melhoria no padrão de funcionamento da organização.

FATOR X

Em 2017, em cumprimento à Lei do Saneamento (nº 11.445/2007), que regulamentou a prestação do serviço de saneamento, a Agepar estabeleceu um novo regime regulatório à Sanepar, com o intuito de estimular o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e a promoção da modicidade tarifária, a partir do compartilhamento de ganhos de produtividade (Fator X).

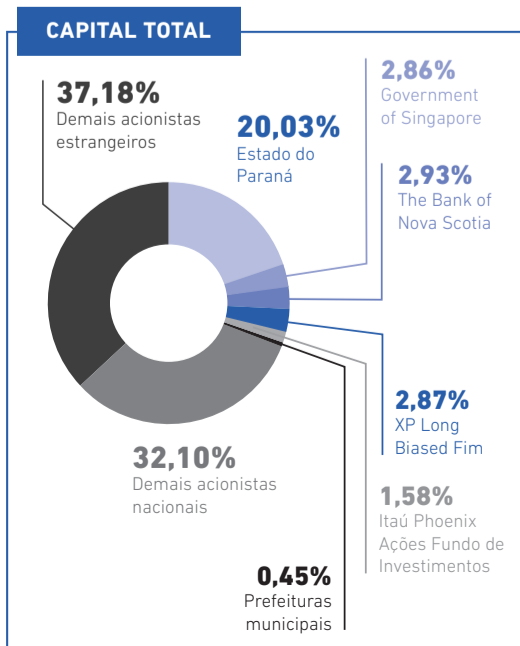
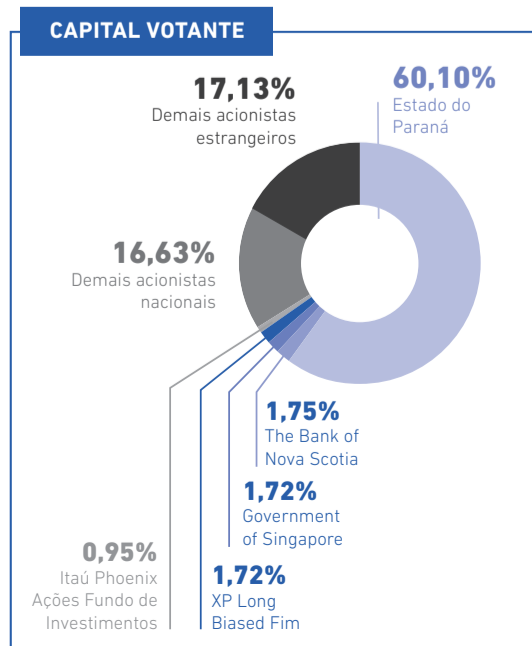
Naquele ano, a Agência Reguladora autorizou um reposicionamento da tarifa de 25,63% a ser aplicado ao longo de oito anos. A primeira parcela (8,53%) incidiu nas tarifas de 2017 e, a partir de maio de

2018, segundo ano do ciclo tarifário, passou a vigorar o reajuste de 5,12%. O Fator X, fixado em 0,77% para o Ciclo 2017-2020, funciona como redutor da parcela B nos anos de reajustes tarifários até a próxima Revisão Tarifária Periódica (RTP), quando novo preço teto e Fator X serão determinados.

Pela relevância do Fator X nos custos de produção, tarifa e resultados, a Companhia faz acompanhamento da evolução das variáveis que compõem o índice, define estratégias e implementa planos de ação para garantir que os ganhos de produtividade sejam no mínimo iguais àqueles definidos na RTP.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Governo do Paraná possui 20,03% do capital total da Sanepar e detém 60,10% do capital votante. O restante das ações está dividido entre acionistas estrangeiros (20,60%) e nacionais (19,30%). O *free float* (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

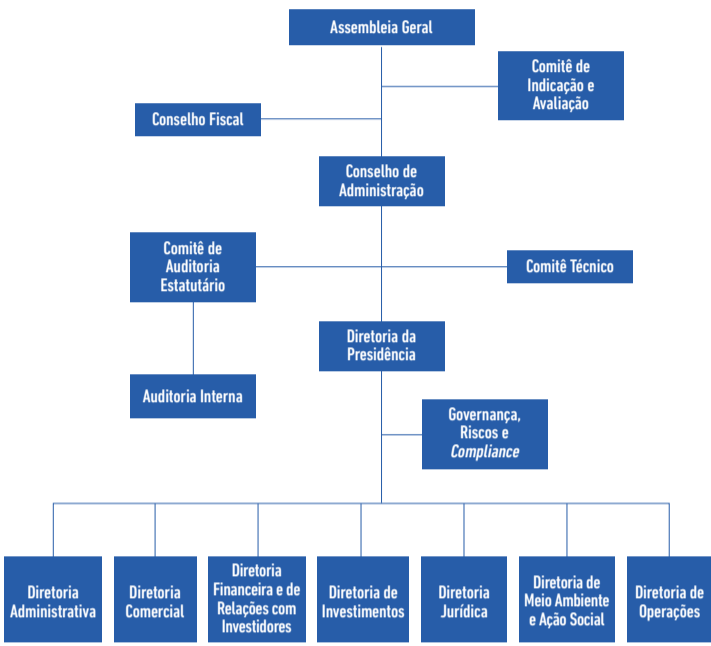


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

ESTRUTURA DE TOMADA DE DECISÃO

O organograma da Sanepar estabelece como órgão soberano a Assembleia Geral dos Acionistas e, a seguir, o Conselho de Administração, responsável pela condução estratégica do negócio. Como órgãos de assessoramento, existem três comitês - Comitê Técnico, Comitê de Auditoria Estatutária e Comitê de Indicação e Avaliação -, com composições que variam de três a seis membros e que auxiliam o Conselho de Administração na tomada de decisões, com exceção do Comitê de Indicação e Avaliação, que é de assessoramento aos acionistas. Há também um Conselho Fiscal, com a atribuição de fiscalizar os atos dos administradores, assegurando que a gestão dos negócios atenda aos objetivos definidos no Estatuto Social, bem como a legislação vigente.

Para executar as estratégias de negócio e implantar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, está a Diretoria Executiva, composta por oito integrantes, todos com reputação ílibada e formação específica para a qual foram designados.



RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

Ações desenvolvidas pela Sanepar para manter-se próxima dos investidores:

- Implantação do voto a distância na Assembleia Geral de Acionistas;
- Realização do "Sanepar Day", evento para o qual são convidados investidores, que passam o dia em Curitiba, conhecendo a Companhia, em visita às áreas administrativa e operacional (estações de captação de água e de tratamento de esgoto). Em 2018, o encontro foi realizado pela segunda vez, com a participação de investidores nacionais e estrangeiros;

- Aplicação de pesquisa de satisfação dos investidores, efetuada por empresa contratada, que avaliou a percepção desse público em relação à condução do negócio da empresa e apontou oportunidades de melhoria para o desempenho das ações, relacionamento e comunicação;

- Realização da segunda reunião anual com investidores, na Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais);

- Criação de site, abrigado no portal da Sanepar, com informações direcionadas aos investidores e acionistas, em duas versões - português e inglês. O site <http://ri.sanepar.com.br> entrou no ar em novembro e atende à reinvidicação desse segmento de público para facilitar o acesso às informações da Companhia.

Saiba mais: <http://ri.sanepar.com.br>

COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Em 2018, a Sanepar deu importantes passos para consolidar a sua estrutura de controles, visando assegurar padrões éticos e de transparência na condução dos negócios da empresa. Para promover adequações às diretrizes da Lei das Estatais, na reestruturação organizacional da Companhia, houve o desmembramento das áreas de controle interno e gerenciamento de riscos, anteriormente ligada à Auditoria Interna, e que ficaram subordinadas à Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GGRC, bem como a implantação da área de Compliance.

Sob a coordenação da área de Compliance, a Companhia instalou o Comitê de Ética, composto por empregados, com a finalidade de difundir e consolidar os princípios da conduta ética profissional, promover a revisão do Código de Conduta e Integridade e apurar denúncias de práticas que violem o referido código.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria passou a ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração, assegurando, com isso, mais independência e agilidade. Já o Comitê de Auditoria Estatutária, formado por três membros (independentes), funciona como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

O trabalho da Auditoria, da forma como está atualmente estruturado, se alinha ao planejamento estratégico e à matriz de riscos da Companhia. Em 2018, além das atribuições de rotina, foram realizadas oito auditorias avaliando processos para adaptação à Lei das Estatais: a) demonstrações financeiras; b) atuação dos auditores independentes; c) transações com partes relacionadas; d) sociedade de propósitos específicos (SPE), como é o caso da CS Bioenergia S.A; e) plano de previdência dos empregados; f) recursos humanos; g) prestação de contas de viagem; e h) verbas de patrocínio.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em relação ao combate à corrupção, a Sanepar mantém o Programa de Integridade, que segue parâmetros previstos nos manuais da Controladora Geral da União e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e incorpora determinações estabelecidas na Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013).

Nas chamadas auditorias investigativas, para detectar inconformidades nos processos, ou para apurar denúncias de fraudes, corrupção e crimes contra a administração pública, foram concluídos 63 processos durante o ano de 2018. Não houve comprovação de nenhuma das denúncias investigadas.

A Ouvidoria, criada na década de 1990, é um importante canal de comunicação com os clientes e também de apoio

REUNIÕES PERIÓDICAS

A Assembleia Geral se reúne em caráter ordinário, conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas, uma vez por ano, ou extraordinariamente, se houver necessidade. Já o Conselho de Administração, formado por nove membros (incluindo um representante dos empregados e três membros independentes), tem reuniões ordinárias mensais, ou, se necessário, se reúne em caráter extraordinário. Fazem parte das atribuições do Conselho definir a orientação geral do negócio, realizar gestão de riscos, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes, homologar processos licitatórios e compras públicas.

Já o Conselho Fiscal tem cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo um deles indicado pelo acionista minoritário e outro pelo preferencialista. O mandato é unificado de dois anos e são permitidas duas reconduções consecutivas. O Conselho tem reuniões mensais e a atribuição de avaliar as práticas contábeis e, ao final de cada exercício, avaliar a prestação de contas anuais.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade, mais do que um conceito, está no dia a dia das atividades da Sanepar e considera os aspectos econômico-financeiro, social e ambiental, pois a conjugação dessas variáveis assegura a perenidade da empresa. Nesse sentido, ela é uma das perspectivas do Mapa Estratégico da Companhia e direciona seus esforços para a geração de valor a todas as suas partes interessadas, tornando-se inerente ao negócio.

Assim, Sustentabilidade, Clientes, Processos e Pessoas integram o Mapa Estratégico da Companhia com um olhar ampliado sobre os efeitos da Sanepar na sociedade.

Aliado ao contexto econômico-financeiro de toda empresa, a Sanepar depende dos recursos hídricos, e reconhece que a preservação e a conservação do meio ambiente e a interação com as pessoas são imprescindíveis para o seu crescimento sustentável e contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população. Hoje, a Sanepar define-se como "empresa ambiental" porque entende que deve não apenas operar de forma sustentável, mas também contribuir para a conservação dos mananciais, essenciais para o abastecimento de água no futuro.

Em 2016, a Sanepar definiu nove temas materiais que norteiam as práticas de gestão sustentável e direcionam seu esforço para a geração de valor compartilhada perante suas partes interessadas (Órgãos de Governança, clientes, poder concedente, sociedade, pesquisadores, fornecedores, empregados, entre outros). No ano de 2018, em nova consulta aos públicos com os quais se relaciona, a matriz de materialidade foi atualizada para sete temas mais relevantes, que devem orientar as prioridades de gestão nos próximos anos.

Para definir esses temas, foram entrevistados executivos da Companhia, que ajudaram a delinear a visão corporativa sobre a sustentabilidade, e representantes de analistas de mercado, fornecedores, clientes e entidades. Para ampliar essa escuta, foi aplicado um questionário on-line para funcionários, clientes, fornecedores, investidores, entre outros, que teve quase 1,4 mil participações. Essas duas visões, interna e externa, foram cruzadas para se definir os temas mais relevantes, ou seja, aqueles com alta relevância para a empresa e para os públicos com os quais ela se relaciona (veja quadro a seguir).

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Sanepar obteve resultados importantes e alcançou desempenho equilibrado e sustentável mesmo em um ano marcado, no Brasil, pela retomada lenta da economia, após um período de recessão. A receita operacional líquida avançou 7,6% em relação a 2017, enquanto o lucro líquido teve crescimento de 30,1% e destaque para a margem EBITDA, que atingiu 39,5%.

Uma conquista significativa em 2018 foi a renovação do contrato com o município de Curitiba, pelo prazo de 30 anos. Trata-se de uma realização relevante, pois o município, sozinho, responde por 24,4% da receita da Sanepar. Curitiba e sua Região Metropolitana formam o maior núcleo populacional do Estado e, por isso, concentram grande parte da demanda por serviços de saneamento ambiental.

Outros três municípios da região renovaram seus contratos pelo mesmo período de 30 anos: Campo Largo, Piraquara e Colombo. Os três e mais Curitiba representam 28,2% da receita da Sanepar e estão inseridos em um sistema integrado de abastecimento e serviços de esgoto.

Durante o exercício de 2018, a Companhia manteve esforços para controle dos custos e despesas, impactando positivamente nos resultados econômicos alcançados, adotando como métrica o Fator X, parâmetro que mede a eficiência da empresa. O período foi importante para consolidar a metodologia de controle e enriquecer a experiência da Sanepar no ambiente regulado.

A continuidade da expansão da Companhia foi marcada pelo crescimento dos investimentos que chegaram a R\$ 1.030,0 milhões, um crescimento de 17,0% em relação a 2017, quando foram investidos R\$ 880,5 milhões.

DEBÊNTURES

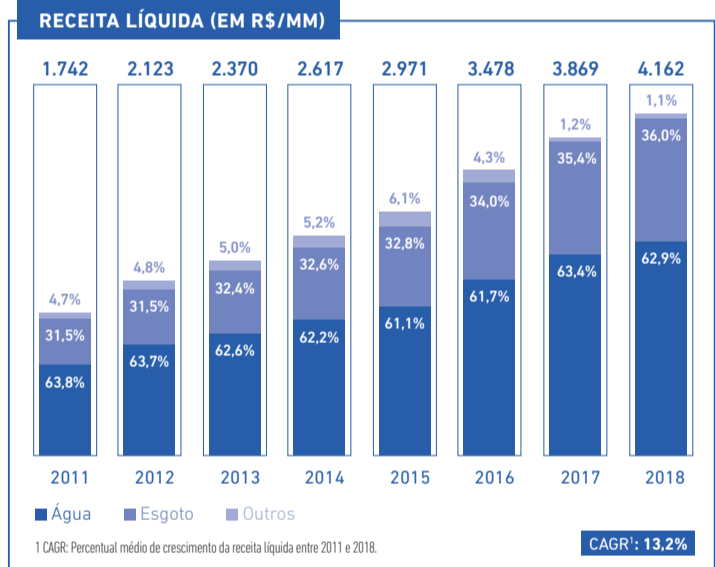
Para complementação do seu programa de investimentos, a Sanepar realizou, em 2018, captação de recursos por meio da 8ª emissão de debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 250 milhões. Destinada a investidores profissionais, as debêntures, não conversíveis em ações, têm vencimento em três anos (para a primeira série) e cinco anos (para a segunda série).

A operação teve classificação de risco de crédito "Rating" por uma das principais agências de classificação de risco do mundo, a Moody's Investors Services, com nota de crédito Aa2.br (escala nacional).

RATING

A Fitch manteve a classificação de risco de crédito AA(bra), mas alterou a perspectiva de estável para positiva. De acordo com a agência, "o perfil de crédito da Sanepar se beneficia da maior resiliência e da previsibilidade de sua demanda e de seus resultados, testados em cenários econômicos diversos, em comparação com outros setores da economia. Em termos operacionais, a Sanepar também apresenta indicadores melhores que os de seus principais pares do setor".

Já a Moody's atribuiu rating Ba2, em escala global, e Aa2.br, na escala brasileira, com perspectiva estável. O relatório da agência afirma que a Companhia "mostrou crescimento contínuo nos últimos trimestres, direcionado, principalmente, pelo ajuste tarifário e pelo aumento dos serviços de água e esgoto. A Moody's considera a liquidez da Sanepar como adequada".



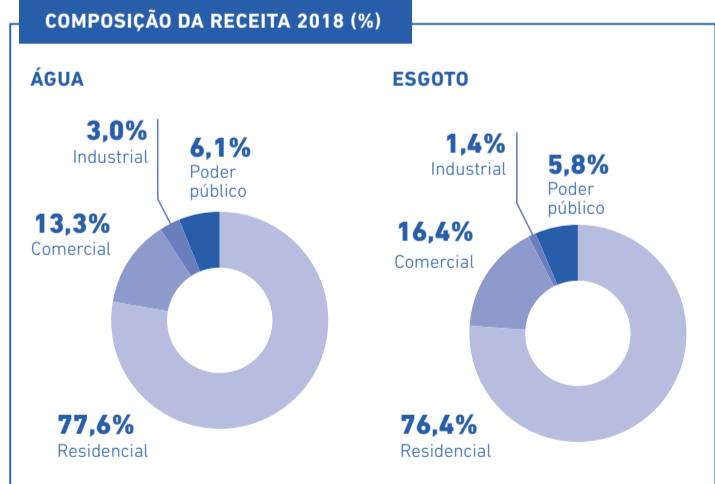
RECEITAS

A receita operacional líquida cresceu 7,6% em comparação a 2017, influenciada, principalmente, pelo reajuste tarifário de 5,12% aplicado a partir de maio de 2018 e pela expansão dos serviços de água e esgoto.

O reajuste foi autorizado pela Agência Reguladora (Agepar), sendo o segundo ano do primeiro Ciclo Tarifário da Companhia. A correção incluiu a segunda parcela de 2,11% do

diferimento fracionado em oito anos mais a diferença entre a receita requerida e a receita verificada, com correção pela Taxa Selic, conforme determinado pelo órgão regulador.

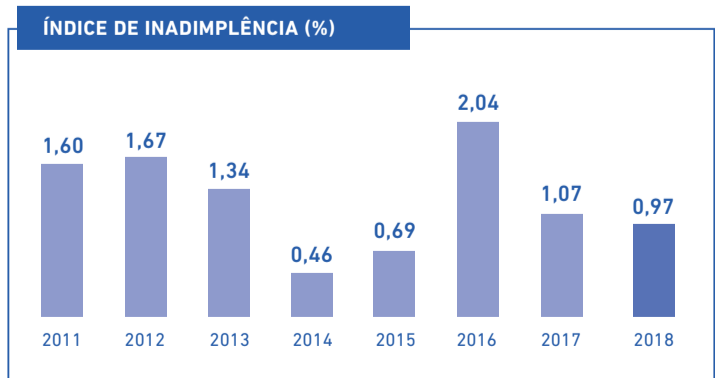
A expansão dos serviços de água foi marcada por acréscimo de 2,3% na extensão da rede de abastecimento e aumento de 1,6% no número de ligações. Os serviços de esgoto apresentaram crescimento de 2% na extensão da rede de coleta e aumento de 4,9% no número de ligações.



INADIMPLÊNCIA

Com a intensificação de ações comerciais e de relacionamento com clientes, a inadimplência teve queda pelo segundo ano consecutivo, atingindo em 2018 o índice

de 0,97%. Foram alcançados também resultados positivos com o Programa de Recuperação de Créditos, que a Sanepar instituiu para negociações de dívidas do poder público.



Em 31/7/2018, divulgado pelo GuaiInvest, o "Ranking dividendos TOP10" apontou a Sanepar como 6º lugar nas Melhores Ações de Dividendos, dentre as companhias listadas na B3.

PESQUISA DE MATERIALIDADE - TEMAS PRIORIZADOS	CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
Eficiência operacional e qualidade na prestação dos serviços próprios e de terceiros.	3 - Saúde e bem-estar 6 - Água potável e saneamento 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis
Governança, transparência e ética	16 - Paz, justiça e instituições eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação
Sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro	8 - Trabalho decente e crescimento econômico
Universalização do acesso a água e esgoto	6 - Água potável e saneamento
Gestão de recursos hídricos	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis
Sustentabilidade ambiental	4 - Educação de qualidade 7 - Energia limpa e acessível
Organização do trabalho e qualidade de vida	4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

EBITDA

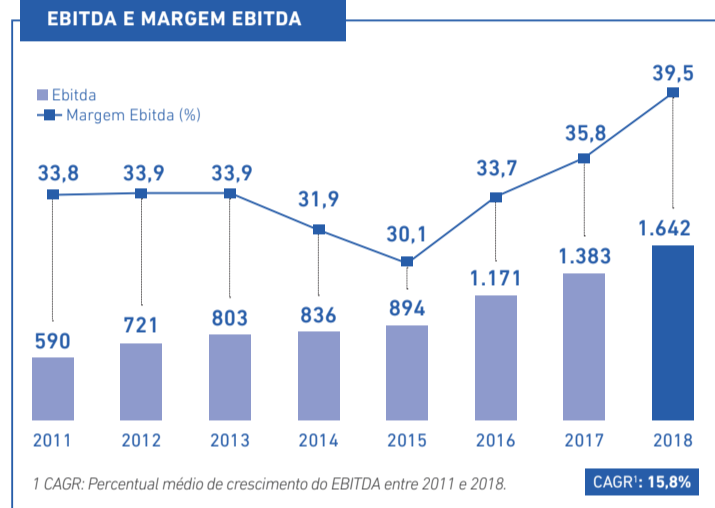
O EBITDA de R\$ 1.642,0 milhões alcançado em 2018, acima do resultado de 2017, quando foi de R\$ 1.383,5 milhões, reflete a melhora contínua da eficiência operacional da Companhia, que alcançou aumento na receita operacional líquida de 7,6%, superior ao crescimento dos custos operacionais, que foi de 1,4%.

Com a implementação no ano de 2016 dos Programas de Aposentadoria Incentivada e Demissão Voluntária (PAI e PDVTC, respectivamente) e adesão de 585 empregados, sendo 50 em 2018, a Companhia conseguiu reduzir seu maior custo operacional, o custo com pessoal, em 2,9% comparando com 2017. Além da redução,

a queda de 3,8% dos custos com materiais em comparação com 2017 influenciou positivamente o EBITDA.

As provisões trabalhistas também contribuíram para o melhor resultado do EBITDA devido à revisão pelos assessores jurídicos das estimativas e probabilidades de perda. O resultado favorável foi parcialmente mitigado, principalmente, pelo aumento da energia elétrica, principal insumo e segundo maior custo operacional da Companhia, que cresceu 12,1% em relação a 2017, ocasionado pelo reajuste tarifário da energia elétrica.

Com isso, a margem EBITDA aumentou 3,7 p.p., passando de 35,8% em 2017 para 39,5% em 2018.



EBITDA¹ (R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	VAR. %
Lucro líquido	438.444	626.847	686.172	892.487	30,01
(+) Tributos sobre o lucro	101.870	162.738	227.901	272.515	19,6
(+) Resultado financeiro	159.474	164.281	222.167	205.639	-7,4
(-) Depreciações e amortizações	194.194	217.111	247.282	271.387	9,7
(=) EBITDA	893.982	1.170.977	1.383.522	1.642.028	18,7
Margem EBITDA	30,1%	33,7%	35,8%	39,5%	3,7 p.p.

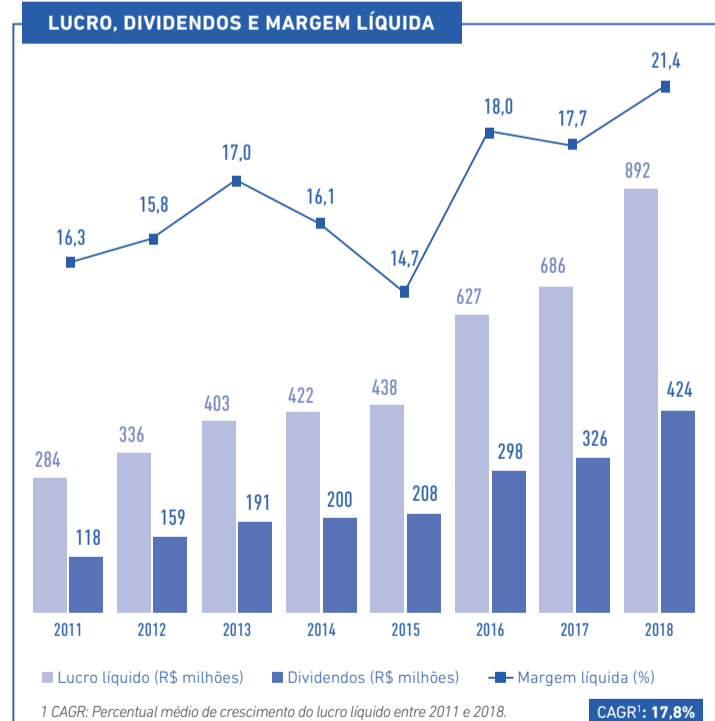
1. A Companhia calcula o EBITDA conforme a instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

LUCRO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

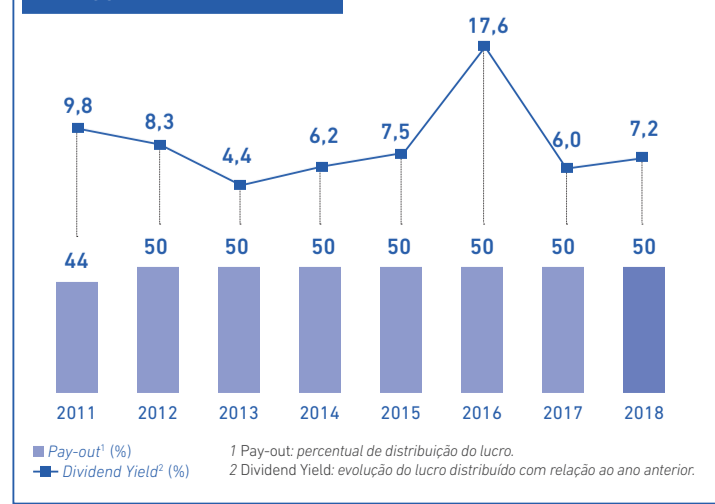
O lucro líquido registrado pela Sanepar foi de R\$ 892,5 milhões, ou seja, 30,1% superior ao valor alcançado no ano anterior, de R\$ 686,2 milhões. Já a margem líquida entre um ano e outro saiu de 17,7% para 21,4%, com acréscimo de 3,7 p.p. em 2018.

Contribuíram positivamente para a melhoria da lucratividade o aumento da receita líquida, a eficiência na gestão dos custos e despesas e a economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos. A determinação legal concede aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado.

Contudo, a política de dividendos da empresa prevê que a Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio de até mais 25% do lucro líquido. A Administração da Companhia está propondo a distribuição de 50% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de R\$ 423,8 milhões, referentes ao resultado de 2018. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2018. O rendimento da ação aos acionistas (Dividend Yield) foi de 7,2% em 2018.



PAY-OUT E DIVIDEND YIELD

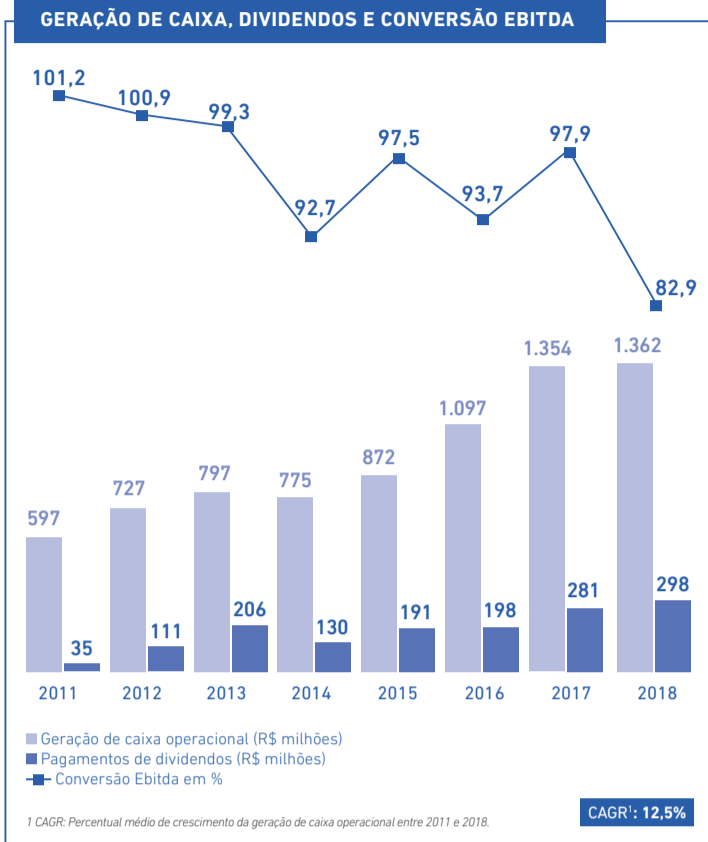


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 1.362,0 milhões em 2018. No mesmo período,

foi pago o montante de R\$ 298,4 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor 6,1% superior ao exercício anterior.



MERCADO DE AÇÕES

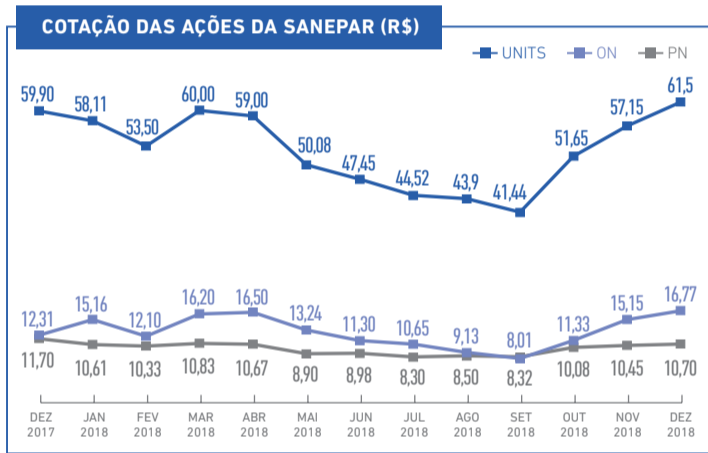
As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2018 com a cotação de R\$ 16,77, apresentando variação positiva de 36,2% em relação ao fechamento de dezembro de 2017, quando a cotação de cada ação era de R\$ 12,31.

As ações preferenciais (SAPR4) fecharam o exercício valendo R\$ 10,70, contra R\$ 11,70, em dezembro do ano anterior, o que significa variação negativa de 8,5%.

As UNITS (SAPR11), lançadas em 2017 e formadas por uma ação ordinária e quatro

ações preferenciais, chegaram ao fim de 2018 com valor de R\$ 61,50, ante R\$ 59,90 em dezembro de 2017 – variação positiva de 2,7%.

Já o valor patrimonial de cada ação em dezembro de 2018 foi de R\$ 11,35, com acréscimo de 11,0% em relação ao período anterior, quando foi de R\$ 10,23. O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R\$ 6.809,5 milhões em 2018, 34,7% inferior ao volume registrado no ano anterior (R\$ 10.434,7 milhões).



CLIENTES

Água não pode faltar e qualidade é condição de fornecimento. Essa é uma das mais importantes diretrizes da Sanepar que, alinhada à perspectiva Clientes do Mapa Estratégico, prioriza o atendimento de qualidade e serviços de excelência, buscando soluções técnicas e ambientais para cada região, desenvolvendo uma política tarifária que seja ao mesmo tempo justa para quem paga e adequada para garantir retorno aos investidores.

A Companhia atende a dois grupos de clientes: Poder Concedente, que autoriza a prestação do serviço por meio de contratos, e Clientes Finais, que usufruem das redes de água e de esgoto do serviço de gestão de resíduos.

Um dos objetivos fundamentais é promover a universalização do saneamento ambiental. Ciente da sua responsabilidade, a Sanepar trabalha para universalizar os seus serviços.

PODER CONCEDENTE

Desde 2007, a relação entre a Sanepar e os municípios é regida pela Lei Federal nº 11.445/2007, conhecida como Marco Regulatório do Saneamento. A partir deste Marco, a relação entre a Sanepar e o Poder Concedente se dá por meio de Contrato de Programa. Esses contratos têm prazo de 30 anos e apresentam metas, trazidas dos Planos Municipais de Saneamento Básico, que variam em função das características e condições de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto de cada município, focando na melhoria da qualidade de vida da população. Além dos Contratos de Programa, a Companhia possui ainda Contratos de Concessão vigentes, assinados antes do Marco Regulatório.

Renovação

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar (345 do Paraná e um em Santa Catarina), 338 têm contratos vigentes e oito contratos encontram-se vencidos e em fase de negociação para assinatura de Contrato de Programa. Entre os que estão em vigor, 174 são de Programa, ou seja, posteriores ao Marco Regulatório, e 164 são anteriores ao Marco Regulatório, portanto de Concessão. Do total dos Contratos de Programa, 15 foram assinados em 2018. O objetivo da Companhia é transformar todos os seus contratos em Contratos de Programa.

PERFIL DOS CONTRATOS

346 concessões municipais
338 vigentes
8 contratos em negociação
174 contratos de programa
164 contratos de concessão

Relacionamento com os municípios

O monitoramento dos contratos de concessão e de programa com os municípios é uma rotina na Sanepar. Técnicos da Companhia realizam visitas às Prefeituras e promovem encontros com as comunidades para avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento das metas e a identificação de demandas.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Uma das exigências da Lei Federal nº 11.445/2007 é que cada município deve ter o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sob pena de ter impedido o seu acesso a recursos do governo federal. O PMSB é também requisito obrigatório para a assinatura de contratos de programa.

O Plano, segundo a legislação, deve ser elaborado com a participação da população, por meio de consultas, audiências públicas e aprovação pelos legislativos locais. Ele deve também ser revisado a cada quatro anos, para ajustes de metas, projetos e ações. Entre os

serviços que fazem parte dos planos e podem ser concedidos estão abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano, drenagem e destinação das águas de chuva.

A Sanepar oferece aos municípios apoio na elaboração do PMSB para os serviços de água e esgoto. A participação dos técnicos da Companhia inclui a presença em audiências públicas e acompanhamento do processo de aprovação no município.

CONSUMIDOR FINAL

Quando a Sanepar fala em cliente final, está se referindo a um universo de 3,9 milhões de economias (ou domicílios/imóveis) atendidos por abastecimento de água ou 2,8 milhões de economias que são servidas também por rede de coleta de esgoto. Com clientela tão ampla, o desafio é assegurar atendimento de excelência.

Nos últimos anos, a Companhia vem investindo cada vez mais em tecnologia, para se aproximar do consumidor e também facilitar a ele, mesmo à distância, o acesso aos serviços. Isso sem deixar de lado a modernização das centrais de atendimento presencial, que contam com equipamentos atualizados e empregados capacitados para oferecer um atendimento ágil, com redução do tempo de permanência do cliente no local.

SANEPAR MOBILE

Para o cliente final, é possível acessar a Sanepar com um simples toque no *tablet* ou *smartphone*. Um aplicativo que funciona nas plataformas Android e iOS está disponível gratuitamente nas lojas virtuais. Desde que foi lançado, há dois anos, o app teve mais de 100 mil downloads nas lojas Google Play e App Store, que permite a realização de serviços on-line, como atualização de cadastro, verificação de falta de água, solicitação de alteração na data de vencimento da fatura, obtenção de código de barras e informações sobre pagamentos, débitos, leitura e consumo.

TOTENS DE AUTOATENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços da Sanepar sem a necessidade de deslocamento até um centro de atendimento, a Companhia iniciou, há dois anos, a instalação de totens de autoatendimento em locais onde há fluxo de pessoas. Em Curitiba, por exemplo, eles estão nas chamadas Ruas da Cidadania, uma estrutura da Prefeitura que concentra a oferta de serviços dos governos municipal, estadual e federal.

Há 100 totens em funcionamento no Estado, e, para 2019, a previsão é estender o autoatendimento a locais como supermercados, *shopping centers* e terminais de ônibus. Nos totens podem ser acessados serviços como consulta de débitos, consumo, pagamentos e cortes no abastecimento; emissão de segunda via; atualização cadastral; solicitação de conserto e pagamento com cartão de débito. Além dos equipamentos próprios, a Sanepar também compartilha totens do Detran em mais 282 pontos, com a oferta de serviços mais reduzida – consulta de débitos e emissão de segunda via do boleto de pagamento.

QR CODE

O QR Code, um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a câmera de telefones celulares, está sendo impresso no verso dos boletos mensais e também em caixas de papelão e copos de água envasada, que são distribuídos em eventos apoiados ou patrocinados pela Companhia.

Essa ferramenta auxilia na comunicação com os clientes e direciona para o site com informações sobre as ações que a Sanepar desenvolve em cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

SIMULADOR DE TARIFAS

O simulador de tarifas é uma importante ferramenta para compreensão da conta pelo cliente. Disponível no site da Sanepar no link

ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

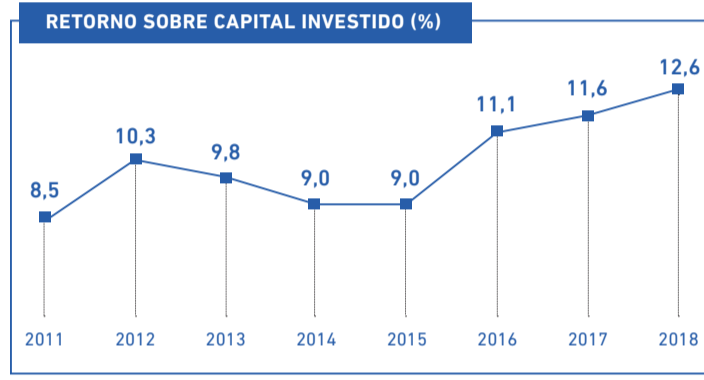
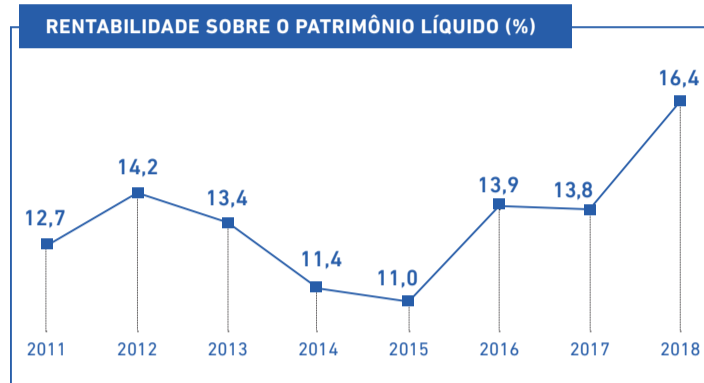
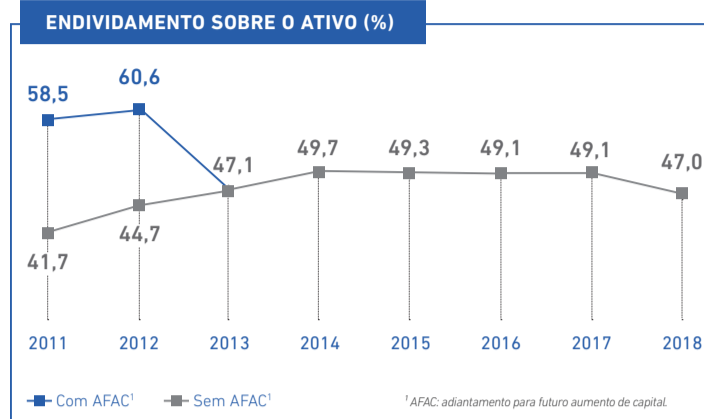
Com o desempenho econômico favorável alcançado pela Companhia, a rentabilidade em relação ao patrimônio líquido alcançou 16,4% em 2018, crescendo em relação ao ano anterior, quando esse índice era de 13,8%. O retorno sobre o capital investido também apresentou boa performance, passando de 11,6% em 2017 para 12,6% em 2018.

A Companhia encerrou o exercício com ati-

vos de R\$ 10,8 bilhões e dívida total de R\$ 5,1 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,0%, enquanto o Patrimônio Líquido correspondeu a R\$ 5,7 bilhões.

DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia somou, ao final do ano de 2018, R\$ 2.444,7 milhões, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, teve uma diminuição em relação a 2017, passando de 1,6 para 1,5.



SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Sanepar respeita a independência do auditor externo, entendendo a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato com a Companhia para a

execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2018 e a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRS) do 3º trimestre de 2018 e dos 1º e 2º trimestres de 2019. O contrato com a auditoria tem duração de 12 meses, contares a partir de 4 outubro de 2018. Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

QUALIDADE DA ÁGUA

A qualidade da água que sai das torneiras é um dos fatores que influí de maneira decisiva na avaliação positiva dos consumidores. Para garantir que a água alcance um padrão elevado de potabilidade, a Sanepar mantém uma estrutura de laboratórios próprios, descentralizados, que fazem análises periódicas, não só da água, mas também do esgoto coletado e tratado.

São 172 laboratórios de água espalhados pelo Estado e mais 20 de esgoto, além de quatro laboratórios centrais, localizados em cidades polos – Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba. Eles são equipados com a mais moderna tecnologia e têm uma infraestrutura considerada referência na América Latina.

Em 2018, essa rede de laboratórios produziu mais de 1,9 milhão de análises de água (diferença de 0,24% em relação ao ano anterior) e outras 85 mil análises de esgoto (número 10,5% superior ao de 2017). O índice de conformidade da água distribuída pela Sanepar é de 99,85%.

TARIFA SOCIAL

A tarifa social beneficiou 184 mil famílias em 2018. Esse total equivale a 5% do número de economias residenciais da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 102,9 milhões no ano – valor suportado por outras categorias que utilizam os serviços, conforme a estrutura tarifária da Companhia. Os beneficiários do programa pagam R\$ 13,88 por mês, dos quais R\$ 9,25 são relativos à taxa de água e outros R\$ 4,63 correspondem ao esgotamento sanitário.

PROCESSOS

Criada há 55 anos para a prestação de serviços de saneamento ambiental, a Sanepar busca constantemente a excelência em tudo o que faz e apresenta um dos melhores índices de saneamento do Brasil.

Um grande impulso para a melhora desses índices foi dado a partir de 2011, quando os investimentos na área de saneamento foram incrementados. A evolução se deu principalmente no esgotamento sanitário, que naquele ano chegava a cerca de 60% da população.

A Sanepar, além dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, também faz coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos para alguns municípios.

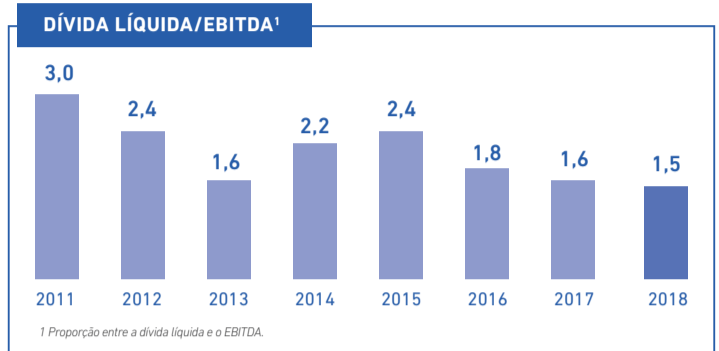
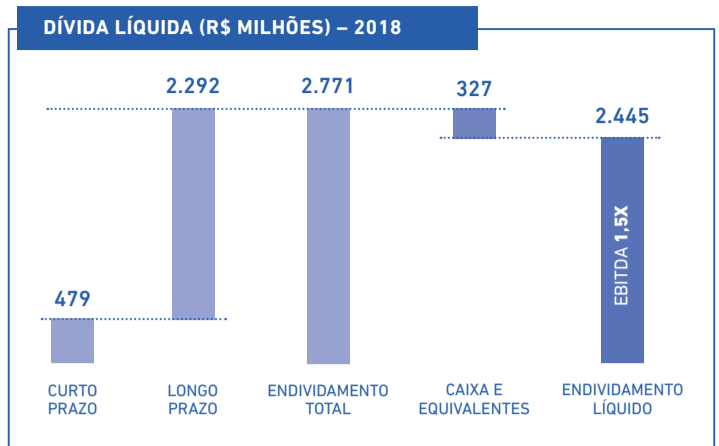
PROCESSO ÁGUA

Como empresa ambiental, a Sanepar tem compromisso com a preservação e a conservação dos mananciais. A Companhia atua em rede com as partes interessadas para promover a gestão das bacias hidrográficas, de forma constante e preventiva, visando a garantia de água em abundância e qualidade necessária à sociedade.

A qualidade da água distribuída para consumo é controlada de forma ininterrupta e atestada por uma rede de laboratórios próprios, com 192 unidades (172 para análises de água e 20 para o esgoto), três laboratórios centrais em cidades polo no interior do Estado e um laboratório em Curitiba, referência para a área de saneamento na América Latina. A Vigilância Sanitária do Estado também realiza análises para comprovar as medições da Sanepar.

GESTÃO DE PERDAS

O índice de perdas de água é um dos indicadores da eficiência do sistema de distribuição de água. A Companhia adota medidas contínuas de combate a fraudes, vazamentos, submedição e ligações clandestinas. Há duas maneiras de medir as perdas: índice de perdas por ligação/dia, o IPL, que em 2018 ficou em 234,4, e perdas na distribuição na média dos últimos 12 meses (PSD12), métrica mais utilizada no Brasil e que ficou em 35,3%.



ESTRATÉGIA E GESTÃO

O planejamento estratégico da Sanepar está alinhado à Lei nº 13.303/2016, aos princípios institucionais e aos valores da empresa (Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Comprometimento, Profissionalismo, Transparência e Ética) e se organiza a partir das perspectivas e objetivos definidos no mapa estratégico. Ele orienta projetos e ações de todas as áreas da Companhia e, dentro de uma visão de futuro, procura enfrentar os desafios, preparar caminho para o crescimento seguro e gerar resultados. Os objetivos estratégicos relacionados a cada perspectiva são:

Sustentabilidade – buscar a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental.

Clientes – manter e ampliar o mercado de atuação; promover a universalização do saneamento ambiental; elevar a satisfação do cliente; fortalecer a imagem da empresa.

Processos – investir no desenvolvimento institucional; melhorar a eficiência dos processos; buscar a excelência dos produtos e serviços; assegurar a gestão ambiental.

Pessoas – aprimorar a gestão do conhecimento; promover a satisfação das pessoas; atuar com responsabilidade socioambiental.

A Sanepar tem como diretriz estratégica a implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA), que vinha sendo adotado pela Diretoria de Operações desde 1997 e, em 2017, foi incor-

porado pelas demais diretorias. O modelo é proposto pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e é composto por fundamentos e critérios que avaliam e pontuam o grau de maturidade de gestão. Em 2018, as diretorias deram continuidade ao diagnóstico de gestão, identificando as boas práticas dos processos gerenciais e as oportunidades de melhorias, dando subsídios às equipes para inovar no planejamento de suas ações futuras. O resultado desse trabalho está refletindo no alcance de um novo patamar de gestão corporativa e a consolidação do MEGSA na Companhia.

PLANO DE INVESTIMENTO

O Plano Plurianual de Investimento (PPI) é desenvolvido considerando um horizonte de cinco anos, baseado em estudos técnicos. Na sua elaboração, são levados em conta os planos diretores de saneamento, diagnósticos operacionais e ambientais, demandas dos sistemas de abastecimento das localidades, metas dos contratos de concessão/programa, adequação às exigências da legislação ambiental, entre outras variáveis.

O PPI contempla investimentos de curto, médio e longo prazos e inclui tanto os projetos que já possuem fonte de recursos definidas quanto aqueles que ainda necessitam de captação de financiamento.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.	Ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do saneamento ambiental.	Responsabilidade, inovação, competência, comprometimento, respeito, profissionalismo, transparência e ética.

Estão incluídas nessa classe de consumidores, residências que têm consumo mensal de até 10 m³ de água (ou 2,5 m³ por pessoa, quando se tratar de famílias com mais de quatro integrantes).

Para a concessão do referido benefício, também são usados critérios socioeconômicos de enquadramento. As famílias devem morar em imóveis de até 70 m², de uso exclusivamente residencial, e ter renda de meio salário mínimo por pessoa, ou, ainda, dois salários mínimos (federal) se houver mais de quatro pessoas ocupando o mesmo domicílio.

Micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais enquadrados no Programa de Isenção de ICMS do governo do Estado e entidades filantrópicas registradas em órgãos públicos também contam com tarifas diferenciadas.

COBRANÇA DE TAXA DE LIXO

A Sanepar realiza, mediante contrato, a cobrança da taxa de lixo em 112 municípios, sendo 111 no Paraná e 1 no Estado de Santa Catarina. É uma prestação de serviços aos municípios, com a inserção da tarifa de lixo nas contas de água e esgoto que a Sanepar emite e distribui mensalmente.

Para os municípios, o sistema traz vantagens por reduzir a inadimplência no pagamento dessa taxa e garante um fluxo mensal de recursos. Para o contribuinte, a vantagem é o parcelamento dessa despesa ao longo do ano. A Sanepar cobra uma taxa administrativa, correspondente em 2018 a R\$ 1,54 por economia arrecadada, e repassa os valores

arrecadados às administrações municipais até o décimo dia útil do mês subsequente.

Os municípios que usam essa sistemática de cobrança continuam sendo os responsáveis pela limpeza urbana e assinam com a Sanepar um termo aditivo ao contrato de concessão ou de programa. Todo o processo deve tramitar, antes, pela apreciação popular, com a realização de audiências públicas e aprovação pela Câmara de Vereadores.

Dos 112 municípios que usam esse serviço, 12 assinaram o termo aditivo em 2018. Outras prefeituras localizadas na área de abrangência das 23 gerências regionais da Sanepar manifestaram interesse e, por isso, a Companhia está realizando treinamento para capacitar funcionários para a tarefa. Na Gerência de Novos Negócios da Diretoria Comercial, que administra os contratos de cobrança da taxa de lixo, essa alternativa está sendo vista como uma oportunidade de geração de receita extra.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO

- > **79%** dos clientes estão satisfeitos com os serviços prestados
- > **82%** estão satisfeitos com a qualidade da água
- > **83%** preferem que a Sanepar continue atuando em seu município
- > **82%** dos clientes satisfeitos com o serviço coleta e/ou destinação de resíduos sólidos

DESTAQUE EM RANKINGS

O ranking da Universalização do Saneamento, elaborado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), destacou duas cidades atendidas pela Sanepar: Curitiba e Maringá. Elas foram inseridas na categoria "rumo à universalização" – a mais alta do ranking – em estudo lançado em 2018, que avaliou o desempenho de 231 municípios com mais de 100 mil habitantes, com base em dados dos Ministérios das Cidades e da Saúde.

Apenas 6% dos municípios brasileiros avaliados foram incluídos na categoria "rumo à universalização".

Outro estudo divulgado em 2018, dessa vez pelo Instituto Trata Brasil, uma organização civil de interesse público que atua na área de saneamento e proteção ambiental, colocou em destaque as cidades de Cascavel, Curitiba, Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

O ranking do saneamento básico da instituição, feito a partir de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), avaliou os 100 maiores municípios do País e colocou Cascavel como a segunda melhor cidade. Curitiba é a melhor entre as capitais. Maringá ficou com a quinta colocação, Londrina, com a 13ª, e Ponta Grossa, com a 14ª posição.

Mesmo com índices abaixo da média nacional, a Sanepar persegue a redução dessas perdas. A vitória nas redes faz parte da rotina. Parte desse trabalho é realizado à noite, com uso do geofone, que identifica ruídos característicos de vazamentos nas tubulações. Durante o dia, são vistoriados os caivates e ligações de água.

A aplicação da Metodologia de Análise e Solução de Problema (MASP) também é utilizada nos processos que possam causar perdas de água: produção, distribuição e manutenção de redes, com abordagem sistemática e estruturada para a gestão e controle dos processos. É uma metodologia de análise, com o objetivo de promover otimização e melhoria dos resultados, a partir de ferramentas da qualidade e do

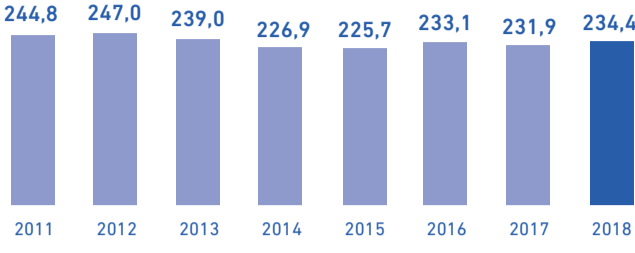
ÁGUA PARA 2030

A barragem que está em construção no Rio Miringuava irá reforçar o sistema integrado de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba. Localizada em São José dos Pinhais, terá capacidade de armazenamento de 38 bilhões de litros de água e foi dimensionada para acompanhar o crescimento da demanda por água até o ano de 2030, beneficiando cerca de 650 mil pessoas.

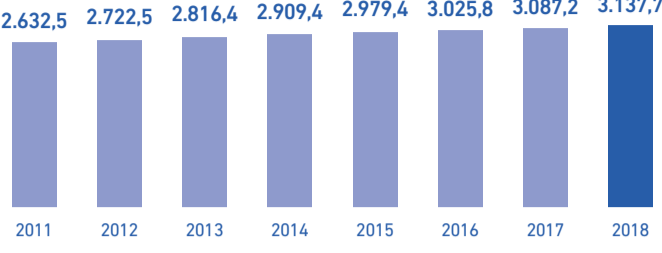
Miringuava será a quinta represa do sistema da RMC e, quando estiver em operação, a Sanepar passará a tratar 2.000 litros de água por segundo. A sua capacidade de reserva corresponde ao volume de 15,2 mil piscinas olímpicas. A altura da barragem, 24 metros, é equivalente a de um prédio de oito andares. O maciço, com 309 metros de extensão, é formado por 256.000 m³ de terra.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

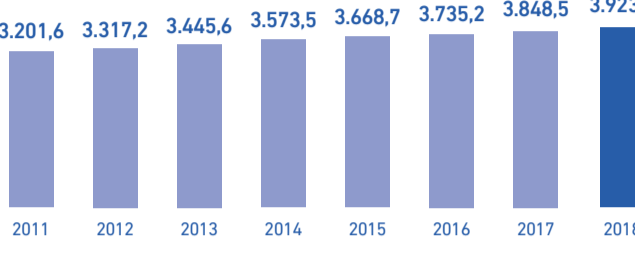
ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO (EM LITROS/LIGAÇÃO/DIA)



NÚMERO DE LIGAÇÕES/ÁGUA (EM MILHARES)

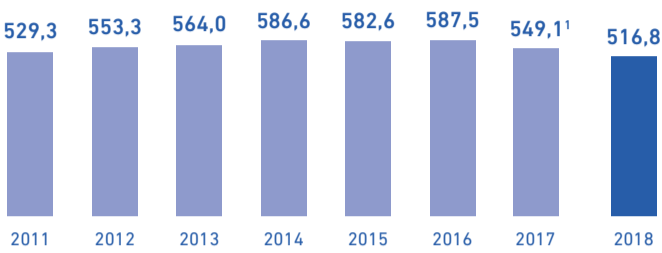


ECONOMIAS ATIVAS/ÁGUA (EM MILHARES)



1 O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Saneapar.

VOLUME FATURADO/ÁGUA (EM MILHÕES DE m³)



1 Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³.

CONSERVAÇÃO DE MANANCIAIS

A Saneapar lançou em 2018 o Programa de Serviços Ambientais (PSA), uma melhoria do Programa Moringa Cheia, etapa de seu programa de conservação dos mananciais. Ele é direcionado a proprietários de áreas por onde passam cursos de água, que recebem incentivos para realizarem medidas de preservação das condições naturais do terreno, em especial, da água e do solo.

A base sobre a qual foi instituído o programa é a Lei Estadual nº 17.134/2012, que prevê o pagamento por serviços ambientais. O objetivo é incentivar a preservação, por meio de uma recompensa material, garantindo a quantidade e a qualidade da

água, além da conservação dos solos.

O projeto piloto está sendo desenvolvido em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná (SEMA) e Prefeitura local. O município tem grande importância no abastecimento de água da região e abriga remanescentes florestais bem conservados. A área escolhida fica na abrangência da bacia do Rio Piraquara, onde foram identificadas, na primeira fase do programa, 180 propriedades rurais em condições de aderir ao programa.

A adesão dos proprietários, que ocorre na etapa posterior (em andamento no final do ano), é voluntária. Os participantes ficam

sujeitos ao monitoramento contínuo das condições ambientais da propriedade e ao acompanhamento das medidas tomadas em favor da preservação.

Em outros pontos do Estado, há também dois projetos ainda em estágio inicial, em Castro e São José dos Pinhais, e negociações em outros municípios. Além de tratativas em outros municípios onde a Saneapar possui mananciais.

REVITALIZAÇÃO DE RIOS URBANOS

O monitoramento da qualidade da água dos rios urbanos é o principal objetivo do Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU). A medição do teor de oxigênio

dissolvido – um indicador da saúde da água – em diferentes trechos dos rios, córregos e galerias permite detectar pontos críticos e adoção de medidas corretivas, como consertos na rede coletora de esgoto e eliminação de lançamentos indevidos de esgoto nas galerias pluviais.

As medições são feitas com pessoal especializado da área de recursos hídricos, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, com a aquisição das chamadas Unidades Móveis Operacionais – veículos equipados para funcionar como laboratórios móveis. Esta atividade está sendo implementada em todo o Estado para que se agilize a análise das condições dos rios

fornecendo o resultado imediato da qualidade. A comunidade do entorno dos rios acompanha essas medições e é orientada para observar a aparência da água e relatar à Saneapar qualquer alteração. Assim, ela se torna participante do processo e é conscientizada para a importância da preservação dos rios.

EXPANSÃO DO PRRU

Em Curitiba e na Região Metropolitana, onde o programa está mais estruturado, em 2018, foi realizado o monitoramento de 95 rios, entre 101 que estão catalogados. Os principais rios e córregos, assim como as bacias que compõem as barragens Irai e Passaúna, têm acompanhamento sistemático do programa.

O monitoramento dos rios urbanos seguirá como uma prioridade da Saneapar em 2019. A expansão deste programa está garantida nas 25 gerências regionais, que foram dotadas de uma Unidade Móvel Operacional para fazer, rotineiramente, coletas de amostras para análises da água tratada. Os veículos, que serão utilizados como unidades móveis, foram adquiridos pela Saneapar em 2018.

O monitoramento participativo, parte do programa, tem o objetivo de motivar a sociedade a colaborar para a manutenção da qualidade dos rios urbanos. Alcançada a revitalização do rio, faz-se necessário um monitoramento contínuo, pois mudanças na característica da qualidade da água do rio evidenciam possíveis problemas relacionados à rede coletora de esgoto, tais como ligações incorretas, rompimento da rede e despejos clandestinos.

A Saneapar também participa de Comitês de Bacias, Conselhos de Recursos Hídricos Federais e Estaduais, Conselho Gestor de Mananciais, Câmaras Técnicas e também do Grupo Gestor do Rio Iguaçu.

Com 1.300 quilômetros de extensão, o Iguaçu nasce na Serra do Mar, atravessa todo o Estado até desembocar na triplíce fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). É o rio mais emblemático do Paraná. Uma das ações previstas para a sua revitalização é o plantio, nos próximos dois anos, de 1 milhão de mudas de árvores, para a recomposição da mata ciliar.

GESTÃO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

As quatro barragens que fazem parte do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) – Irai, Piraquara I e II e Passaúna – são monitoradas como medida de segurança e prevenção de acidentes. O acompanhamento visa também melhorar a condição de operação e de aproveitamento do potencial hídrico, além de garantir a qualidade da água.

O trabalho de monitoramento segue diretrizes do Plano Nacional de Segurança de Barragens, instituído pela Lei Federal nº 12.334/2010, e das portarias 14 e 15, editadas em 2015 pelo Instituto das Águas, responsável pela fiscalização no Paraná.

Em 2018, a Saneapar tornou-se a primeira empresa de saneamento do País a elaborar o relatório do seu Plano de Segurança de Barragens e protocolá-lo junto aos órgãos competentes. A Companhia também contratou a formatação de um Plano de Ação de Emergência (PAE), para minimização de riscos e redução de impactos junto às populações lindeiras.

A nova barragem do SAIC, a do Rio Miringuava, quando entrar em operação, será incluída no plano de monitoramento.

PREVENÇÃO DE DESASTRES

A Saneapar participa de um programa de cooperação técnica e intercâmbio científico destinado à redução de riscos de desastres no Paraná. Coordenado pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped), o programa teve início em 2016 e abrange riscos hidrológicos (inundações), meteorológicos (chuvas intensas), climatológicos (secas e estiagens), uso de produtos perigosos (contaminação da água) e obras civis (rompimento ou colapso de barragens).

Entre os 16 projetos em estudo está o da capacitação de gestores públicos e membros das comunidades nos 399 municípios do Estado, via educação a distância (EAD), para o enfrentamento aos desastres naturais.

Ao aderir ao programa, a Saneapar passou a integrar a Redesastre – uma rede de instituições, pioneira no País, voltada à redução de riscos e desastres.

PROCESSO ESGOTO

A meta de universalização do saneamento direciona a Saneapar a concentrar seus esforços na ampliação das redes de coleta de esgoto, que hoje alcançam 72,5% da população urbana, mantendo o índice de 100% de tratamento para o esgoto coletado. Alguns municípios do Estado estão muito próximos de alcançar a meta universal, com índices acima de 90%, como Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

Em 2018, a rede de coleta cresceu 2,04%, alcançando quase 36 mil quilômetros de extensão. O incremento no número de economias ligadas à rede teve crescimento semelhante (4,9%), chegando a 2,89 milhões (incluindo residências, indústrias, estabelecimentos comerciais e instituições públicas).

LITORAL SANEADO

O crescimento mais significativo deu-se no Litoral do Estado, onde um programa de investimentos desenvolvido ao longo de três anos fez evoluir significativamente o perfil de saneamento dos municípios.

É o caso, por exemplo, de Pontal do Paraná, que em 2015 tinha um índice de apenas 25,9% de coleta de esgoto e passou para 72%. Guaratuba e Matinhos, dois dos principais balneários do Estado, também registram índices de 83% e 90,2%, respectivamente.

Em toda região, foram executados cerca de 500 quilômetros de rede coletora de esgoto e 25 mil ligações. O sistema implantado incluiu a construção de 29 estações elevatórias e ampliação das estações de tratamento. O programa de saneamento no Litoral também trouxe melhorias na rede de abastecimento de água e a extensão da rede de abastecimento em mais 40 quilômetros. A capacidade instalada considerou projeções da chamada população flutuante, veranistas e turistas que, nos meses de férias, fazem a demanda por água tratada aumentar consideravelmente.

COMPLIANCE AMBIENTAL

Um fato relevante para a Saneapar, no ano de 2018, foi o acordo realizado judicialmente entre a Companhia e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Re-

nováveis (Ibama), tendo participado também o Ministério Público Federal e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), encerrando demanda judicial em 17 ações civis públicas. Através deste acordo e por meio de um processo de gestão e governança ambiental, além de pesados investimentos já incluídos em seu Planejamento Plurianual de Investimentos (2019-2023), a Companhia realizará obras em mais de 197 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), no sentido de modernizá-las e torná-las referências nacional e internacionalmente de cumprimento e enquadramento ambiental, fazendo com que a Saneapar continue no topo do setor de saneamento básico brasileiro.

DESCARTE DE EFLUENTES

Além da ampliação do serviço de esgotamento sanitário, a Saneapar também se preocupa com a eficiência dos processos de tratamento, com controle interno nas estações e análises de laboratório. Diferentes sistemas (aeróbico, anaeróbico e físico-químico) são utilizados para remover a carga poluidora do esgoto e atender aos parâmetros determinados pela legislação ambiental.

As medições de controle levam em conta a qualidade do esgoto tratado e sua conformidade em relação aos parâmetros analíticos definidos nas legislações ambientais, licenças e outorgas de direito de uso para lançamento de efluentes nos corpos hídricos. Entre os diversos ensaios laboratoriais realizados para controle da qualidade do esgoto, está a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), que expressa a quantidade de oxigênio necessária para degradação da matéria orgânica, teste normatizado em laboratório que simula a condição real de depuração do esgoto no meio ambiente.

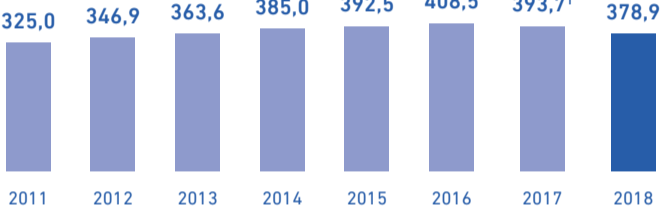
Para amenizar odores exalados durante o processo de tratamento, a Saneapar adota medidas como a instalação de "cortinas verdes", o plantio de árvores ao redor das estações, formando barreira e facilitando a dispersão de odores pela ação do vento, e o tratamento dos gases.

LODO NA AGRICULTURA

Alternativa introduzida na Saneapar no final da década de 1980, a destinação do lodo de esgoto para correção de solos agrícolas já foi considerada pelo Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) como exemplo de prática ambientalmente correta. A experiência começou em Curitiba e alcançou outras regiões do Estado. Na Regional de Maringá, onde a agricultura tem forte presença, 100% do lodo é direcionado para essa finalidade.

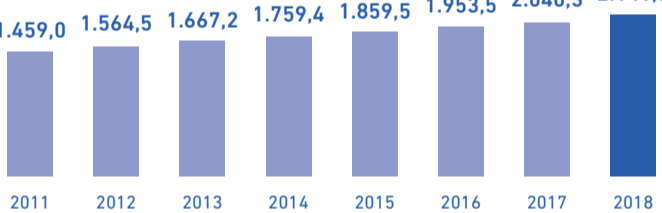
Resíduo gerado no processo de tratamento, o lodo do esgoto normalmente é depositado em aterros. Para uso na agricultura – solução mais sustentável do ponto de vista ambiental – o lodo passa por um processo

VOLUME FATURADO/ESGOTO (EM MILHÕES DE m³)



1 Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³.

NÚMERO DE LIGAÇÕES/ESGOTO (EM MILHARES)



para escoamento da parte líquida. O material resultante é rico em nutrientes e serve para corrigir o pH do solo.

Desde 2007, foram destinadas para a agricultura cerca de 300 mil toneladas de lodo e há projetos para ampliar essa prática em todas as regiões do Estado. Essa experiência, já consolidada, influenciou a elaboração de normas pelo Conama (Resolução 375/2006) e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná (Resolução SEMA 021/2009), disciplinando o uso agrícola.

RESÍDUOS SÓLIDOS

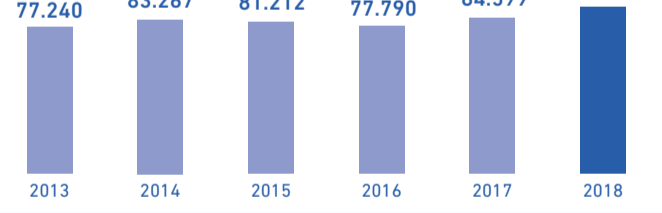
A Saneapar faz a gestão de três aterros sanitários que atendem sete municípios na região Norte do Estado. Por meio de contratos com as Prefeituras de Cianorte, Apucarana e

Cornélio Procopio, a Companhia administra três sistemas, que, em 2018, movimentaram 64 mil toneladas de resíduos, atendendo uma população de 290 mil pessoas.

O primeiro aterro a ser operado pela Saneapar foi o de Cianorte, em 2002. Ele atende os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis e foi o primeiro do País a receber certificação NBR ISO 14.001, de gestão ambiental. Em 2010, a Companhia começou a fazer a gestão em Apucarana e, dois anos depois, passou a atender o município de Cornélio Procopio.

No aterro de Apucarana, a Saneapar é responsável por apenas uma das etapas, que é o tratamento. Nos outros dois, Cianorte e Cornélio Procopio, a Companhia realiza também a coleta e o transbordo.

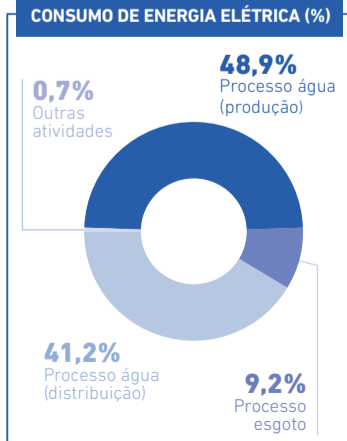
CARGA ORGÂNICA REMOVIDA (t/ANO)



Comitês técnicos ou comissões internas promovem ações de eficiência nas unidades produtivas e, em regionais como Foz do Iguaçu e Maringá, há fóruns permanentes dedicados ao tema. No Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Curitiba, estão em andamento as primeiras experiências para adoção da norma NBR ISO 50.001, de gestão de energia.

Em 2018, 93 unidades consumidoras passaram a contar com monitoramento do consumo de energia elétrica em tempo real e a distância. Adicionalmente, a Companhia estruturou projetos na área de Internet das Coisas (IoT na sigla em inglês), como o monitoramento e atuação em tempo real em um sistema de reservação e distribuição da água no município da Lapa, com acesso remoto aos dados. Em 2019, essa solução deve ser ampliada.

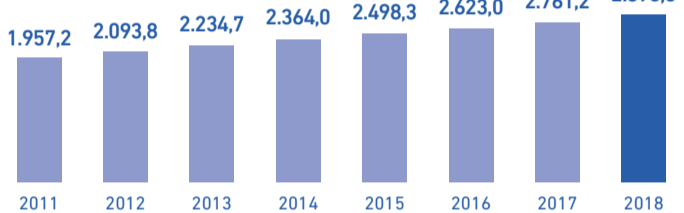
Em cooperação com a agência alemã GIZ e



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM PARTICIPAÇÃO DA SANEAPAR:

- COALIAR - Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira (com cobrança pelo uso da água instituída desde 2013);
- Tibagi
- Jordão

ECONOMIAS ATIVAS/ESGOTO (EM MILHARES)



1 O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Saneapar.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A Saneapar possui experiência em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+i) e busca constantemente a melhoria de seus processos. A perspectiva da inovação para a sustentabilidade está inserida no planejamento estratégico e visa assegurar vantagens competitivas e agilidade na superação dos desafios atuais e futuros vinculados ao negócio.

Uma gerência ligada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social atua como ponto focal do ecossistema de inovação e coordena o Centro de Tecnologias Sustentáveis Saneapar (CETS). O CETS mantém laboratórios especializados para protótipos, análises de água e esgoto e para o desenvolvimento de tecnologias de tratamento de água. Atenta à inovação colaborativa, a Companhia dispõe de espaço para acolher parceiros e coopera com centros de pesquisa, universidades e empresas do Brasil e do exterior (Alemanha, Portugal, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, México, Paraguai, Japão e Coreia do Sul). Em 2018, foi inaugurado o Laboratório de Criatividade, espaço de *coworking* para fomento do intraempreendedorismo e da inovação aberta. Plantas-piloto e equipamentos nas unidades produtivas complementam a infraestrutura da Companhia destinada à inovação.

Mais de 100 iniciativas estão em andamento, contemplando temas como água bruta e mananciais, tratamento de água e esgoto, valorização de resíduos (lodo, escuma, biogás e materiais orgânicos), energia, automação e gestão sustentável.

Em 2018, destacam-se as seguintes atividades: início da operação de novas tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs) nos municípios de Toledo e Pinhão e obras em Santa Helena; implantação de queimadores enclausurados para biogás em ETEs de Curitiba e Região Metropolitana; consolidação dos requisitos técnicos e ambientais para a instalação de sistema de secagem térmica de lodo de esgoto na ETE Atuba Sul; estudos sobre

conservação de mananciais, técnicas de fitorremediação para revitalização de rios urbanos, eficiência energética e bioenergia, Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês), dessalinização, reúso industrial de água e tratamento de efluentes industriais.

Além de recursos próprios para a condução dos projetos, a Saneapar procura ampliar o impacto de sua atuação a partir da prospecção de recursos externos e de mecanismos de incentivo à inovação. Entre eles, benefícios fiscais provenientes da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem) e recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e da Agência de Desenvolvimento e Comércio dos Estados Unidos (USTDA). A Saneapar também firmou compromisso com a Fundação Araucária, órgão de fomento à pesquisa e extensão do Estado do Paraná, somando esforços e ampliando os recursos destinados ao Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental para R\$ 3 milhões, a serem aplicados até 2021 em projetos de pesquisa orientados às demandas da Companhia.

Para impulsionar a cultura da inovação no ambiente organizacional, foi criada a Estação de Tratamento da Inovação (ETI), programa corporativo para identificação, sistematização e disseminação de práticas inovadoras. A iniciativa integra ainda o Prêmio Saneapar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores de todo o Brasil, e o Prêmio Inova Saneapar, destinado aos funcionários. O Banco de Ideias e Práticas, também voltado aos funcionários, foi reestruturado.

Com o intuito de compartilhar seus avanços na área de inovação, a Saneapar publicou em 2018 mais de 50 trabalhos técnico-científicos e atuou como protagonista em importantes fóruns, tais como o 8º Fórum Mundial da Água, o XIV Simpósio Italo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, o Smart City Expo Curitiba e o Rio Water Week. A Companhia ainda organizou eventos relevantes para o setor de saneamento ambiental, como o 1º Seminário Nacional sobre Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto.

GESTÃO AMBIENTAL

Como empresa ambiental, a Saneapar tem compromisso com o uso equilibrado dos recursos naturais, a adoção de práticas sustentáveis e a conformidade com as determinações legais. Esse compromisso está explicitado na Missão, Valores e no Mapa Estratégico da empresa e, por isso, há um esforço permanente em todas as instâncias, da alta direção ao pessoal operacional, para aprimorar cada vez mais o cuidado com práticas ambientais corretas, imprescindível para garantir a continuidade do negócio.

O Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGAC), implantado em 2014, leva em conta o atendimento aos requisitos e normas legais, o estabelecimento de objetivos, metas e indicadores de monitoramento, a capacitação profissional e o aprimoramento dos controles internos. Ele foi idealizado com base nos parâmetros da NBR ISO 31000, que usa os princípios de gerenciamento de risco para melhorar o planejamento e auxiliar a tomada de decisão.

Uma das formas de monitorar os riscos relativos à preservação do meio ambiente está inserida nos processos de abastecimento de água, tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, que passam por análises de rotina e incluem o diagnóstico dos indicadores ambientais, que devem estar alinhados às exigências da legislação.

Para garantir a integridade dos processos, a Saneapar destina recursos de maneira continuada em programas de educação ambiental, revitalização de rios, proteção de mananciais, pesquisas e desenvolvimento, controle de emissão de gases de efeito estufa (GEE), gestão de barragens e certificações.

CERTIFICAÇÕES

Em 1997, a Saneapar tornou-se a primeira companhia de saneamento da América Latina a obter certificação NBR ISO 9001 para o sistema produtor de água da Estação de Tratamento Itaquai, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Mais tarde, a certificação foi ampliada para todo o sistema de produção e centro de controle de distribuição da RMC.

Londrina, a segunda cidade mais populosa do Estado, também conta com certificação NBR ISO 9001 para o ciclo completo de água e esgoto, abrangendo todos os processos de produção e tratamento, além da operação das redes, manutenção, atividades comerciais e administrativas. Na certificação de Londrina,

consta ainda a gestão de projetos e obras.

No ano de 2018, a Saneapar foi certificada externamente na NBR ISO 9001:2015 com o seguinte escopo:

- Operação de barragem, captação, adução, tratamento e reservação de água pela Gerência de Produção de Água no Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba;
- Captação, adução, tratamento, reservação de água e tratamento e disposição final de esgoto pela Gerência Industrial de Londrina;
- Distribuição de água, coleta e transporte de esgoto e relacionamento com o cliente pela Gerência Regional Londrina;
- Gestão de Projetos pelas Gerência de Projetos Especiais e Gerência de Projetos e Obras Nordeste;
- Gestão de Obras para Sistemas de Abastecimentos de Água e Esgotamento Sanitário pela Gerência de Projetos e Obras Nordeste.

Em 1999, a Saneapar foi a primeira nas Américas a obter a certificação NBR ISO 14001 para o sistema de Foz do Iguaçu. Em 2012, a mesma certificação foi conferida para o funcionamento do aterro sanitário de Cianorte.

A conquista dessas certificações trouxe mudanças na cultura e nos procedimentos da empresa, com a adoção de padrões de controles mais rígidos, rigor no atendimento à legislação, padronização de procedimentos, investimentos na capacitação do pessoal, busca de eficiência dos processos e eficácia na gestão, além da redução no consumo de insumos.

PRESEÇA EM FÓRUMS

A Saneapar possui representação formal e participa ativamente de fóruns colegiados deliberativos ou consultivos de meio ambiente e de recursos hídricos nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nestes fóruns, são debatidos e avaliados temas e publicadas resoluções com força legal, dentro de atribuições específicas, que podem influenciar no planejamento e na gestão dos processos da Saneapar.

Neste contexto, a Saneapar atua de forma efetiva nos 11 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Paraná e no Comitê de Bacia Federal do Rio Paranapanema. Os Comitês de Bacia possuem composição heterogênea, incluindo representantes de diversos setores da sociedade, tendo como atribuições importantes o estabelecimento do enquadramento

em classes de uso dos rios e as diretrizes e procedimentos da cobrança pelo uso da água, além do debate e orientações da gestão eficaz dos recursos hídricos e contribuições para a implantação de políticas relacionadas à preservação e ao uso racional da água.

Além dos Comitês de Bacia, a Saneapar possui representação formal no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos principais municípios onde atua, no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, no Conselho Gestor de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e através da Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nas suas Câmaras Técnicas. Em 2018, a Saneapar criou procedimento normativo interno estabelecendo diretrizes para sistematizar a atuação da Companhia na representação nos Fóruns Deliberativos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e internalizar as deliberações emitidas que podem influenciar na atuação da empresa.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O tema da energia é amplamente discutido na Saneapar por conta da alta demanda energética de suas atividades e da constante ampliação da cobertura dos serviços prestados à sociedade. Em 2018, a Companhia consumiu 705,6 GWh de energia elétrica, representando aproximadamente 16% das despesas operacionais, sendo este o segundo maior custo operacional da Saneapar. O consumo de energia nas mais de 3.500 unidades, sobretudo em infraestruturas sanitárias, faz da Saneapar o maior consumidor corporativo de energia elétrica do Estado do Paraná.

Esse cenário, associado à agenda global de combate às mudanças climáticas, torna essencial a implementação de ações de eficiência energética para minimizar impactos ambientais e reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Para tanto, a Saneapar tem incentivado a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento de boas práticas que possibilitem ao mesmo tempo redução de custos, eficiência dos processos e, consequentemente, aprimoramento de seus serviços de saneamento ambiental.

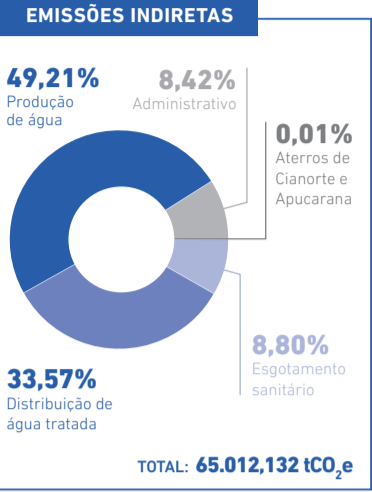
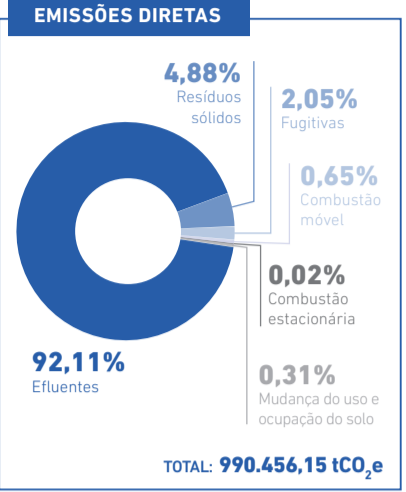
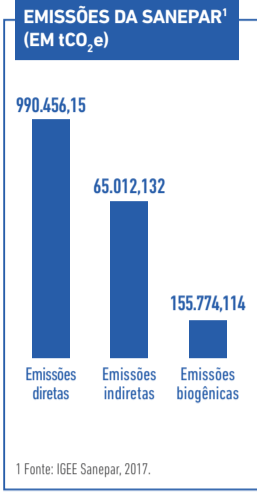
Medidas como a gestão de faturas de energia elétrica, a partir da seleção da modalidade tarifária mais apropriada, têm sido implementadas com sucesso na Companhia.

o Ministério das Cidades

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

tendo sido utilizados os dados de monitoramento de vazão, DBO afluente e eficiência de cada ETE, em vez de dados da literatura, como anteriormente.

O volume de emissões entre os anos 2013 e 2017 foi recalculado a partir da nova metodologia para garantir a comparabilidade.



**PESSOAS
PROFISSIONAIS SANEPAR**

Com 7.022 empregados, a Sanepar investe continuamente em programas de desenvolvimento pessoal e profissional porque entende que manter serviços e atendimento de excelência requer um corpo funcional qualificado e atualizado com as tendências do universo corporativo e com os avanços tecnológicos.

Em 2018, a empresa passou por um processo de reestruturação organizacional, com assessoramento de uma consultoria externa, tendo como objetivo a modernização e a racionalização da gestão condizente com uma empresa de economia mista e de capital aberto, que busca continuamente a eficiência, ao mesmo tempo em que garante a excelência do serviço e o retorno aos seus acionistas, bem como o atendimento aos requisitos expostos na Lei das Estatais (nº 13.303/2016).

	2016		2017		2018	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Conselho	32	1	38	2	24	3
Diretoria	9	0	8	0	6	1
Gerencial	419	152	340	132	335	144
Profissional	482	267	488	257	471	245
Técnico	740	198	756	202	741	197
Operacional	4.129	948	4.046	936	3.976	907
Estagiários	104	118	90	89	82	88
Total por gênero	5.915	1.684	5.766	1.618	5.635	1.585
Total	7.599	2.384	7.381	2.201	7.220	2.172

	2016		2017		2018	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Nordeste	1.028	137	1.010	136	1.032	155
Noroeste	786	134	812	141	849	150
Metropolitana e Litoral	2.543	1.044	2.329	967	2.120	890
Sudeste	665	101	693	123	707	127
Sudoeste	757	149	794	160	820	172
Total	7.344	2.384	7.165	2.201	7.022	2.172

¹ Não considera estagiários e conselheiros.

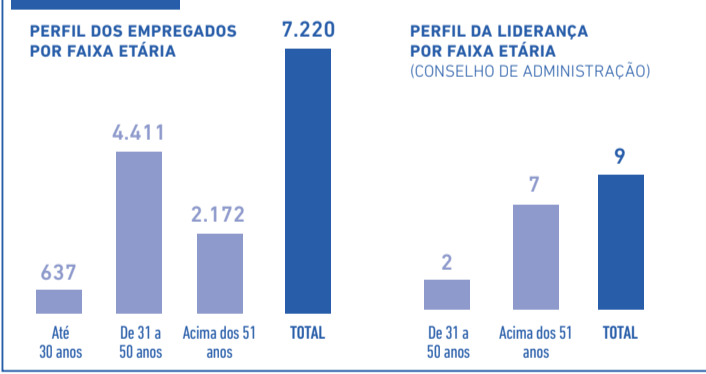
EQUIDADE E PLURALIDADE

As mulheres representam 21,26% do corpo funcional da Sanepar e ocupam 30,13% dos cargos gerenciais. Nos órgãos de governança – Diretoria Executiva e Conselho de Administração –, elas têm participação de 14,3% e 11,1%, respectivamente.

O programa de equidade de gêneros, adotado em 2016, está em linha com os Princípios de Empoderamento das Mulheres (Weps, na sigla em inglês), da ONU. A Sanepar foi a primeira companhia de saneamento do País a instituí-lo.

Em 2018, o programa teve ações em todas as regionais, enfatizando a importância da igualdade nas relações sociais e de trabalho. Questões como a violência contra a mulher

DIVERSIDADE



GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é uma prática que vem sendo adotada na Sanepar há cerca de dez anos e foi intensificada após a adoção dos planos de aposentadoria e demissão voluntária. O legado dos antigos empregados foi devidamente registrado e, com isso, muitos processos, práticas e experiências foram sistematizados para que fiquem preservados. Eles compõem um acervo e serão parte de um projeto visando a melhoria dos procedimentos e o alinhamento das melhores práticas aos objetivos estratégicos da empresa.

A valorização do conhecimento é um dos alicerces da política de pessoal da Sanepar e, por isso, há investimentos contínuos no fortalecimento do capital intelectual da empresa. Uma das iniciativas do ano foi a oferta de um curso de Especialização em Saneamento Ambiental, na modalidade semipresencial, realizado em parceria com a Universidade Estadual do Norte do Paraná, utilizando a rede tecnológica da Universidade de Virtual Estadual. Participaram das aulas 500 empregados, de todas as áreas da Companhia, da Capital e do Interior.

A Educação a Distância (EaD) é uma alternativa amplamente usada para a disseminação do conhecimento dentro da empresa porque permite ao empregado, independentemente da sua lotação ou turno de trabalho, acesso aos treinamentos. Para isso, foi criada uma plataforma on-line, com conteúdos diferenciados, oferecendo oportunidade de aperfeiçoamento nas mais diversas áreas. São cerca de 300 cursos em módulos no catálogo geral de EaD e outros 20 cursos chamados customizados, ou seja, são mais compactos e com temática relacionada às atividades da Sanepar. Todos os cursos dão direito a certificado. A plataforma também possibilita acessar publicações técnicas e vídeos.

Em 2018, foram ofertadas 186.343 oportunidades, contemplando aproximadamente 548 mil horas de treinamento. Deste total, os cursos de EaD da Sanepar atenderam 2.155 empregados da Sanepar, com a emissão de 4.672 certificados de cursos concluídos, totalizando 50.166 horas de treinamento.

Em comparação aos anos anteriores, houve aumento de 8,61% nas emissões diretas da Sanepar em 2017, enquanto o crescimento de população atendida com rede de coleta de esgoto foi de 24,94%, em relação a 2013. Apesar

de o consumo de energia elétrica ter aumentado 2,86% em relação a 2013, as emissões indiretas, provenientes da compra de energia, tiveram incremento de 3,56%. Isso ocorreu devido à redução de 3,47% no fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

de o consumo de energia elétrica ter aumentado 2,86% em relação a 2013, as emissões indiretas, provenientes da compra de energia, tiveram incremento de 3,56%. Isso ocorreu devido à redução de 3,47% no fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

de o consumo de energia elétrica ter aumentado 2,86% em relação a 2013, as emissões indiretas, provenientes da compra de energia, tiveram incremento de 3,56%. Isso ocorreu devido à redução de 3,47% no fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

INTEGRAÇÃO, MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DO EMPREGADO

O Programa de Qualidade de Vida cumpre múltiplas finalidades: promover a integração dos empregados; criar oportunidades de convívio social; oferecer atividades de lazer, recreação e cultura; aproximar pessoas de diferentes graus de hierarquia e incentivar o espírito de equipe. Uma das realizações que agrega praticamente todos esses requisitos são as Olimpíadas da Sanepar, que acontecem entre os meses de junho a setembro, com etapas local, regional e estadual. Em 2018, cerca de 4.000 empregados participaram dos jogos.

A Festa do Trabalhador é também um evento de confraternização tradicional. Alusiva ao Dia do Trabalho, é promovida de maneira simultânea em todas as Regionais da empresa, com a participação das famílias. Outra atividade que envolve familiares ocorre nas férias escolares, quando crianças e adolescentes, filhos de funcionários, vão passar um dia com seus pais no trabalho.

O grau de satisfação e bem-estar dos empregados é avaliado periodicamente desde 2001, por meio de uma pesquisa de clima organizacional, denominada Fale Francamente, acessada via Intranet. Os resultados dos questionários são analisados e divulgados, servindo para definir planos de ação inseridos no planejamento setorial e estratégico. Na última pesquisa, divulgada em 2017, houve participação de 82% dos empregados, com nota geral de 7,27.

SAÚDE E SEGURANÇA

Proporcionar melhorias na qualidade de vida de seus empregados e de seus familiares é uma preocupação constante da Sanepar. A Companhia entende a segurança como um dever e um direito de todos, tendo em vista a integridade física, psicoemocional e social dos empregados e se compromete a prevenir e minimizar os riscos existentes nas atividades, na prestação de serviços de saneamento ambiental com qualidade, eficiência e dedicação sem limites.

O trabalho é baseado na Política de Segurança, nas Normas Regulamentadoras e nos "Procedimentos de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho em Empresas Contratadas", para garantir a aplicação da legislação vigente, estabelecer melhorias e a execução segura das obras e serviços.

Atuando na prevenção, a Sanepar adota uma série de iniciativas, resultado de investimentos significativos voltados à saúde e segurança:

- Técnicos e engenheiros de segurança atuam diretamente nas áreas operacionais, próximo das áreas de trabalho para identificar pontos de melhoria e implementação da Política de Segurança.
- As CIPAs definem procedimentos e ações de prevenção a acidentes, doenças decorrentes do trabalho e relações interpessoais referentes ao cotidiano, tornando compatível a atividade com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.
- As SIPATS são realizadas para sensibilização dos empregados quanto à importância da saúde mental e da segurança no desenvolvimento de suas atividades.
- Disponibiliza diversas possibilidades de desenvolvimento pessoal para melhoria do desempenho de cada empregado, realizando treinamentos regulamentados em normas vigentes, que exigem cursos específicos e periódicos, executados por empregados qualificados e legalmente habilitados como: serviços com eletricidade, trabalhos em espaços confinados e em altura, manuseio correto do gás cloro e produtos químicos, segurança no escoramento de valas, sinalização de vias públicas, direção defensiva, utilização correta de EPI e EPC e uso de uniformes. Os motoristas que transportam cargas perigosas realizam exames periódicos e específicos relacionados às atividades: curso Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP).
- Em 2018, foram oferecidas 13.310 oportunidades de treinamentos voltados à saúde e segurança dos empregados, totalizando aproximadamente 89 mil horas de treinamentos. Além de cursos, palestras e atividades presenciais, a Sanepar disponibiliza treinamentos em Educação a Distância, também com o foco na prevenção de doenças e demais problemáticas que possam se originar no ambiente de trabalho.

A área da saúde atua em campanhas anuais de vacinação contra a gripe, realiza análises de condições ergonômicas das equipes funcionais, estimula o engajamento dos empregados na doação de sangue, e, em um site exclusivo, disponibiliza orientações e ferramentas para organizar a rotina de doações e campanhas sociais ao longo dos anos.

Os empregados realizam periodicamente exames médicos específicos de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Programa de Prevenção de Riscos de Ambientais (PPRA), elaborado pela segurança do trabalho, e definidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, elaborado pela medicina do trabalho.

A Sanepar disponibiliza também a todos os empregados o Plano de Saúde e Assistência – SaneSaúde, assim como o Plano de Previdência Privada – Fusanprev, benefícios administrados pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Os mais de 7 mil empregados da Sanepar são representados por 22 sindicatos, que atuam em nome de várias categorias profissionais da força de trabalho da Companhia. Essas entidades estão presentes na negociação coletiva que define a concessão de reajuste de salários e benefícios. Para estreitar os laços com os sindicatos, a Sanepar criou uma Comissão de Relações Sindicais, que tem caráter permanente.

NOVO PRÉDIO

A Sanepar concluiu, no final de 2018, a construção de um novo prédio junto ao seu principal complexo administrativo, no bairro Rebouças, em Curitiba. Com 9,7 mil metros quadrados, ele irá abrigar cerca de 1 mil empregados que hoje trabalham em imóveis alugados, em diversos pontos da cidade. Com isso, a Companhia ganha mais unidade e reduz custos com locação e deslocamentos. O novo prédio é o que se chama de construção inteligente, com incorporação de novas tecnologias e inovações, que tornarão o seu uso mais sustentável.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Empresa com forte compromisso ambiental, a Sanepar não se limita a garantir conformidade em seus processos e a desenvolver ações para proteção da natureza, mas envolve-se também em programas de conscientização em favor do meio ambiente e de incentivo ao uso racional dos recursos naturais. A Companhia mantém vários projetos de educação socioambiental, com os mais diversos segmentos de público – comunidades ribeirinhas, moradores da vizinhança de seus equipamentos, escolas, empregados e suas famílias e população em geral.

SE LIGUE NA REDE

Esse programa busca combater a ligação incorreta entre o imóvel e a rede coletora de esgoto. Por desconhecimento dos moradores, que são responsáveis por realizar essa tarefa, o esgoto acaba sendo direcionado para as galerias de águas fluviáveis e, em consequência, poluindo os rios.

A Sanepar fornece assessoria e faz acompanhamento do trabalho de ligação domiciliar. Na implantação de novas redes, as equipes da Companhia entram antecipadamente em contato com as comunidades e, com o apoio de lideranças e agentes públicos locais, levam informações e orientações sobre a forma correta de fazer a conexão com a rede de coleta.

Outra iniciativa da Companhia é promover a capacitação de encanadores, oferecendo a eles não apenas conhecimento para executar seu trabalho em conformidade com as regras ambientais, mas também oportunidade de incrementar sua renda.

CONQUISTA

A chegada da rede de esgoto às comunidades é vista sempre como uma conquista e, por isso, ao concluir a implantação, a Sanepar realiza eventos socioeducativos, transformando os moradores em multiplicadores dos conceitos de conservação ambiental. Em 2018, o programa esteve presente em 40 regiões do Estado e possibilitou a realização de ligações em 22 mil imóveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COMUNIDADE

Dois espaços da Sanepar recebem visitantes e são importantes difusores de conceitos de educação ambiental. Um deles é o Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (Ceam), que fica junto aos Reservatórios Piraquara I e II, na Região Metropolitana de Curitiba. Inserido numa Área de Preservação Ambiental (APA), ao lado de nascentes de rios, o Ceam abriga o primeiro sistema de abastecimento público do Paraná, o Reservatório do Carvalho, de 1908. O local pode ser visitado pelo público em geral, mas é especialmente procurado por estudantes, que percorrem trilhas nos remanescentes de Mata Atlântica da Serra do Mar. Em 2018, foi registrada a visita de 7.138 pessoas ao Centro.

O outro espaço, o Museu do Saneamento, também é histórico. Ele está instalado numa construção de 1945, onde funcionava a antiga Estação de Tratamento de Água Turumã, a primeira de Curitiba. Reúne a memória, a história e a cultura do saneamento no Estado, com um acervo de 10 mil peças, entre plantas, documentos e fotografias. Em 2018, recebeu 1.246 visitantes.

OPERAÇÃO VERÃO

A cada verão, a Sanepar promove esforço concentrado para atender à população que, em férias, se desloca para o Litoral do Estado, sobrecarregando o sistema de abastecimento e colocando a prova o índice de balneabilidade das praias. Para garantir que não falte água – principalmente nas datas consideradas críticas, como Réveillon e Carnaval –, a Sanepar conta com 18 geradores (alugados ou em-

prestados) que ficam prontos para entrar em operação, caso a falta de energia elétrica afete o funcionamento dos reservatórios.

A outra frente de operação são os 48 quilômetros de praias, entre Pontal do Paraná e Guaratuba. A Companhia instala para uso dos banhistas duchas ecologicamente sustentáveis. Elas são abastecidas com água extraída do subsolo da areia do mar, tratada com cloro e filtrada com carvão ativado, que retira 95% do sal, 99% das bactérias e coliformes e reduz em 10% o pH. As duchas permitem banhos contínuos com até dois litros por acionamento. Para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, são disponibilizadas cadeiras anfíbias que possibilitam o acesso ao mar de maneira segura.

AREIA LIMPA

Um trabalho que se renova dia a dia durante toda a temporada é a limpeza e higienização da areia. Durante o dia, equipes percorrem as praias, das 9 às 17 horas, recolhendo lixo, com carrinhos (dumpers). À noite, entram em ação sete máquinas saneadoras, que retiram os resíduos da superfície e reviram a areia. Pela manhã, o sol, com seus raios ultravioletas, completa a sanitização.

O trabalho realizado durante a Operação Verão nas praias do Paraná é considerado referência no País. A seguir, os números da temporada 2017/2018: 48 km de praias saneadas; 760t de resíduos coletados; 118 postos de trabalho gerados; 90.000 sacos de lixo utilizados; 370 tambores de 200l distribuídos na orla; 2.627 km percorridos pelas saneadoras.

ECOEXPRESSO

Cinco ônibus adaptados, chamados EcoExpresso, percorrem o Paraná visitando escolas, empresas e outras instituições, para levar educação ambiental às comunidades e orientar as boas práticas de conservação da água. No interior do ônibus, os visitantes conhecem o caminho da água, desde o manancial até as torneiras, e os processos de tratamento e controle de qualidade. Também são informados sobre o processo de esgotamento sanitário e como a água, após o tratamento, fica em condições de voltar ao rio. Outros temas como disposição e tratamento do lixo urbano; mudanças climáticas; desmatamento; gestão de resíduos e saúde são incluídos nas exposições.

Em 2018, o EcoExpresso esteve em 155 municípios e recebeu visita de 180.446 pessoas.

SUSTENTABILIDADE: DA ESCOLA AO RIO

A conscientização para a importância da preservação dos rios no meio urbano é o principal objetivo do projeto "Sustentabilidade: da escola ao rio", que trabalha com alunos e professores, principalmente aqueles ligados aos cursos técnicos em Meio Ambiente. O foco é definido em função das agressões que os rios sofrem nas cidades, como canalização, mudança de cursos, redução de volume e poluição das águas.

O projeto realiza, ao longo do ano letivo, ações como o reconhecimento da bacia hidrográfica, análise da qualidade da água, plantio de árvores nativas, coleta e destinação adequada de resíduos e mobilização de comunidades ribeirinhas.

Desde 2013, quando foi criado, o projeto realizou mais de 600 ações, em 30 rios que foram monitorados, envolvendo cerca de 12.000 pessoas nas atividades.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS EMPREGADOS

PROGRAMA USE O BOM SENSO
Atuar com responsabilidade socioambiental faz parte dos objetivos estratégicos da Sanepar e, para a internalização

deste tema, a empresa instituiu, em 2000, um programa denominado Use o Bom Senso, que conta com o envolvimento de todos os empregados.

Após 17 anos de existência, o programa passou por uma atualização dos conceitos e da metodologia para se adequar aos princípios organizacionais atuais, com foco em sustentabilidade, gestão da qualidade e iniciativas de âmbito global como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Atitudes que promovem a melhoria do ambiente de trabalho; o combate ao desperdício; o uso responsável dos recursos e insumos; a redução e gestão integrada dos resíduos fazem parte das diretrizes do programa, que visa a adoção de práticas sustentáveis e de cidadania, sob o ponto de vista socioambiental.

Trata-se de uma norma corporativa, que tem como meta a certificação de todas as gerências.

ECOPROSA

Rodas de conversa entre os empregados, ou café com prosa, como também é conhecido o programa. O objetivo é a promoção de encontros, em clima informal, para discussões ligadas à temática ambiental. Entre os assuntos discutidos em 2018 estão agroecologia; pagamento por serviços ambientais; conservação de mananciais; prevenção e controle de riscos ambientais; resíduos sólidos; e mobilidade urbana.

SE LIGUE NESTA IDEIA: SEM ÓLEO NA REDE

O descarte indevido de óleo de cozinha na rede provoca entupimentos e prejuízos ao sistema de esgotamento sanitário, e a Sanepar inicia em casa a conscientização sobre os riscos dessa conduta. O programa Se Ligue Nessa Ideia: sem Óleo na Rede é dirigido aos empregados, que se tornam multiplicadores de boas práticas nas suas comunidades.

Além de alertar para o perigo do descarte irregular, o programa também faz coleta de óleo usado para encaminhar à destinação correta. Criado há três anos, o programa tem 213 postos de coleta e parceiros que recebem o material em 20 municípios. Em 2018, foram coletados 4 mil litros de óleo.

ESPAÇO AMPLIADO

9,7 mil m² em quatro pavimentos;
Capacidade para 989 estações de trabalho;
Certificação **Leed Gold** para construções sustentáveis;

Menor custo de operação;

Vidro especial, com maior desempenho térmico e persianas automatizadas;

Aproveitamento da água de chuvas, metais e louças eficientes;

Aproveitamento da iluminação natural e luminárias LED;

Controle de tomadas, iluminação e persianas automatizadas;

Ar-condicionado sistema VRF, com controle automatizado de temperatura;

Energia renovável, com instalação de painéis fotovoltaicos.

BALANÇO SOCIAL ANUAL

	2018			2017		
	Valor (Mil Reais)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (Mil Reais)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
1) Base de Cálculo						
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.162.205			3.869.401		
Lucro Operacional (LO)	1.165.002			914.073		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	893.281			926.708		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	93.059	10,42	2,23	94.491	10,20	2,44
Encargos sociais compulsórios	207.561	23,23	4,99	206.464	22,28	5,34
Previdência privada	31.682	3,55	0,76	30.566	3,30	0,79
Saúde	64.961	7,27	1,56	60.241	6,50	1,56
Vale transporte	1.267	0,14	0,03	1.488	0,16	0,04
Segurança e saúde no trabalho	12.760	1,43	0,31	11.638	1,26	0,30
Educação	693	0,08	0,02	12	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.102	0,57	0,12	4.191	0,45	0,11
Creches ou auxílio-creche	2.323	0,26	0,05	2.313	0,25	0,06
Participação nos lucros ou resultados	134.246	15,03	3,23	69.681	7,52	1,80
Outros	76.160	8,53	1,83	119.662	12,91	3,09
Total - Indicadores Sociais Internos	629.814	70,51	15,13	600.747	64,83	15,53
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	6.480	0,56	0,16	5.000	0,55	0,13
Fundos da Criança e do Idoso	2.600	0,22	0,06	2.000	0,22	0,05
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	1.914	0,17	0,05	1.735	0,19	0,04
Lazer e diversão	1.619	0,14	0,04	1.539	0,17	0,04
Outros	6.329	0,54	0,15	6.723	0,74	0,17
Total das Contribuições para a Sociedade	18.942	1,63	0,46	<		

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	326.624	533.888
Contas a Receber de Clientes	6	639.054	606.250
Estoques		39.120	36.892
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	15.396	24.098
Depósitos Vinculados	8	6.720	5.838
Outras Contas a Receber	9	37.616	32.248
Total do Circulante		1.064.530	1.239.214
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	6	22.070	11.087
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	-	823
Depósitos Vinculados	8	52.948	49.499
Ativos Financeiros Contratuais	10	375.871	201.077
Depósitos Judiciais	18.c	203.452	185.365
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.c	490.938	453.133
Outras Contas a Receber	9	50.615	42.904
Investimentos	11	22.585	19.466
Imobilizado	12.a	168.771	129.945
Intangível	12.b	8.329.542	7.790.158
Total do Não Circulante		9.716.792	8.883.457
TOTAL DO ATIVO		10.781.322	10.122.671

PASSIVO

	Nota	2018	2017
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	13	478.770	562.548
Empreiteiros e Fornecedores		190.742	182.655
Contratos de Concessão	14	60.456	7.716
Impostos e Contribuições	15	68.133	66.941
Salários e Encargos Sociais		239.343	176.720
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20/22	183.678	136.265
Receitas a Apropriar	17	4.200	4.200
Cauções e Retenções Contratuais		2.545	2.674
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	62.786	62.443
Outras Contas a Pagar	21	68.179	54.481
Total do Circulante		1.358.832	1.256.643
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	13	2.292.548	2.154.290
Contratos de Concessão	14	-	84.273
Impostos e Contribuições	15	991	1.268
Receitas a Apropriar	17	9.100	13.300
Provisões	18.a	461.797	505.634
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	879.002	874.199
Outras Contas a Pagar	21	61.864	80.410
Total do Não Circulante		3.705.302	3.713.374
Total do Passivo		5.064.134	4.970.017
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22	2.851.089	2.851.089
Reserva de Reavaliação		75.111	81.204
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.722	8.007
Reservas de Lucros		2.689.041	2.162.899
Outros Resultados Abrangentes		96.225	49.455
Total do Patrimônio Líquido		5.717.188	5.152.654
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.781.322	10.122.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Receita Operacional Líquida	23	4.162.205	3.869.401
Custos dos Serviços Prestados	24	(1.680.042)	(1.556.135)
Lucro Bruto		2.482.163	2.313.266
Despesas Operacionais			
Comerciais	25	(308.232)	(315.204)
Administrativas	25	(600.315)	(632.769)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(32.726)	(69.335)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(3.829)	(1.791)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	18.a	43.837	942
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	19	(76.011)	(89.188)
Programa de Participação nos Resultados	26	(134.246)	(69.681)
		(1.111.522)	(1.177.026)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	27	59.353	91.882
Despesas Financeiras	27	(264.992)	(314.049)
		(205.639)	(222.167)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.165.002	914.073
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	(272.515)	(227.901)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		892.487	686.172
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		278.902	214.429
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		613.585	471.743
Lucro Básico e Diluído por Ação			
Ordinária	22.i	1.66100	1.27703
Preferencial		1.82711	1.40474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
		Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto			
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	2.847.664	1.417.788	204.024	9.333	148.792	-	181.072	4.808.673
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	686.172	-	686.172
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	9.085	(9.085)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(3.089)	3.089	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	3.640	(3.640)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.237)	1.237	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(51.526)	(51.526)
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	17.519	17.519
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	694.571	(42.406)	652.165
Gastos com Emissão de Ações	3.425	-	-	-	-	-	-	3.425
Dividendos Adicionais de 2016	-	-	-	-	(148.792)	-	-	(148.792)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	34.277	-	-	(34.277)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	629	-	(629)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(319.105)	-	(319.105)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	162.816	(6.528)	-	156.288
Retenção de Lucros	-	334.032	-	-	-	(334.032)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2.851.089	1.751.820	238.301	9.962	162.816	-	138.666	5.152.654
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	892.487	-	892.487
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	9.231	(9.231)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(3.138)	3.138	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	3.463	(3.463)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.178)	1.178	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	70.865	70.865
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(24.095)	(24.095)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	900.865	38.392	939.257
Dividendos Adicionais de 2017	-	-	-	-	(162.816)	-	-	(162.816)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	44.612	-	-	(44.612)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	247	-	(247)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(326.114)	-	(326.114)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	211.907	(97.700)	-	114.207
Retenção de Lucros	-	432.192	-	-	-	(432.192)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	2.851.089	2.184.012	282.913	10.209	211.907	-	177.058	5.717.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	892.487	686.172
Itens que não serão reclassificados para o resultado	46.770	(34.007)
Ganhos e perdas atuarias sobre plano de aposentadoria e assistência médica	70.865	(51.526)
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.095)	17.519
Total do resultado abrangente do exercício	939.257	652.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	892.487	686.172
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	271.387	247.282
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	10.647	10.286
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	843	826
Custo das Baixas de Investimentos	-	214
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(5.870)	4.007
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	7.747	28.800
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(61.900)	(61.617)
Provisões	(43.837)	(942)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	76.011	89.188
Juros sobre Financiamentos	220.724	234.116
Variações Monetárias sobre Financiamentos	64.029	58.878
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.829	1.791
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	781	825
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(1.472)	2.089
	542.919	615.743
Varição nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(51.534)	(75.634)
Impostos e Contribuições a Recuperar	9.525	14.860
Estoques	(2.228)	(170)
Depósitos Judiciais	(18.087)	(28.923)
Outras Contas a Receber	(13.079)	(7.931)
Empreiteiros e Fornecedores	8.087	49.150
Contratos de Concessão	(31.533)	(4.937)
Impostos e Contribuições	(27.997)	(24.556)
Salários e Encargos a Pagar	62.623	19.341
Cauções e Retenções Contratuais	(129)	336
Receitas a Apropriar	(4.200)	16.958
Outras Contas a Pagar	(4.848)	93.439
	(73.400)	51.933
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.362.006	1.353.848
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(974.554)	(777.807)
Aplicação em Investimentos	(5.476)	(11.157)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	(980.030)	(788.964)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	490.910	213.321
Amortizações de Financiamentos	(550.790)	(361.409)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(224.797)	(243.699)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.834)	-
Depósitos Vinculados	(4.331)	341
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(298.398)	(281.305)
Gastos com Emissão de Ações	-	3.425
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos	(589.240)	(669.326)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	207.264	104.442
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	533.888	638.330
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	326.624	533.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	4.479.581	4.166.955
Outros Resultados	(32.726)	(69.335)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(7.747)	(28.800)
	4.439.108	4.068.820
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(79.718)	(83.190)
Materiais Consumidos	(72.278)	(74.777)
Energia Elétrica	(425.536)	(379.440)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(434.673)	(377.557)
Serviços de Terceiros Contratados	(209.281)	(188.149)
Outras Despesas Operacionais	(25.631)	(88.345)
	(1.247.117)	(1.191.478)
Valor Adicionado Bruto	3.191.991	2.877.342
Depreciações e Amortizações	(271.387)	(247.282)
Valor Adicionado Líquido		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração e serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações e redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 8 (2,3%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 54 (15,6%) vencem de 2019 a 2027 e 284 (82,1%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão ao município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de janeiro de 2019.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) **Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5
- c) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6
- d) **Provisão para Perdas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6
- e) **Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- f) **Investimentos** – Nota Explicativa 11
- g) **Imobilizado e Intangível** – Nota Explicativa 12
- h) **Arrendamento Mercantil Financeiro:** A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 12 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 13.
- i) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment)** – Nota Explicativa 21
- j) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 12
- k) **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – Nota Explicativa 13
- l) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16
- m) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18
- n) **Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados** – Nota Explicativa 19
- o) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20
- p) **Remuneração aos Acionistas** – Nota Explicativa 22.h
- q) **Receitas** – Nota Explicativa 23
- r) **Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- s) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

- t) **Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

- u) **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.
- v) **Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas a cada data-base.

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

CPC 6 – Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 6 (R2) (IFRS 16) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos mercantis operacionais existentes em 31 de dezembro de 2018 e está na etapa de definições de premissas, principalmente, em relação à taxa de desconto a ser aplicada no cálculo do Ajuste a Valor Presente, dos saldos contratuais. O valor a ser reconhecido impactará no aumento do Ativo e do Passivo, trará reflexos no Resultado Econômico e acarretará em alteração do EBITDA da Companhia.

O CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais trará reflexos nas seguintes classes de ativos:

QUANTIDADE DE CONTRATOS	CLASSE DE ATIVO	SALDO CONTRATUAL (R\$ MIL)	
6	Locação de Veículos ¹	46.909	
11	Locação de Bens Móveis ²	24.055	
117	Locação de Bens Imóveis ³	17.814	
	Total	88.778	

¹ **Locação de Veículos:** referem-se a veículos nas categorias leve, executivo, utilitário e pesado, na modalidade mensal, com quilometragem livre, exceto aqueles contratados na modalidade diária (sem controle pela Companhia).

² **Locação de Bens Móveis:** referem-se a coletores de dados (leitura), microcomputadores, *Tablets*, Totens de Autotendimento e Grupo Geradores de Energia Elétrica.

³ **Locação de Imóveis:** referem-se a escritórios regionais, escritórios de atendimento ao público e imóveis para armazenamento de materiais.

A seguir apresentamos o fluxo de pagamentos dos contratos, por classe de ativo:

PRAZO	VEÍCULOS	MÓVEIS	IMÓVEIS	TOTAIS
12 meses	22.170	11.977	10.113	44.260
24 meses	19.791	7.233	3.997	31.021
36 meses	4.948	4.442	2.324	11.714
48 meses	-	403	1.168	1.571
60 meses	-	-	212	212
	46.909	24.055	17.814	88.778

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2018 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$ 25.620 e R\$ 51.244 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	6.327	(6.327)	12.654	(12.654)
Ativos		6.327	(6.327)	12.654	(12.654)
BNDES	TJLP	(1.068)	1.068	(2.136)	2.136
BNDES-PAC2	TJLP	(2.553)	2.553	(5.106)	5.106
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.412)	2.412	(4.824)	4.824
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.112)	1.112	(2.224)	2.224
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série	DI	(1.029)	1.029	(2.058)	2.058
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.239)	1.239	(2.478)	2.478
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(2.897)	2.897	(5.794)	5.794
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(816)	816	(1.632)	1.632
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.522)	1.522	(3.044)	3.044
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	DI	(949)	949	(1.898)	1.898
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	DI	(3.135)	3.135	(6.270)	6.270
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	-	-	(4)	4
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série	DI	(843)	843	(1.686)	1.686
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.389)	1.389	(2.778)	2.778
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC	(10.983)	10.983	(21.966)	21.966
Passivos		(31.947)	31.947	(63.898)	63.898
Efeitos no lucro antes da tributação		(25.620)	25.620	(51.244)	51.244

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,00% e a TJLP de 6,72%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, e IPCA à taxa de 3,75%, obtido junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,40% obtido junto à CETIP SA e o IPC – FIPE foi de 3,02%, obtido na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Derivativos: a Companhia não possui operações de troca de índices (SWAP) ou que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

4.2 Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.771.318	2.716.838
Caixa e Equivalentes de Caixa	(326.624)	(533.888)
Dívida Líquida	2.444.694	2.182.950
EBITDA	1.642.028	1.383.522
Patrimônio Líquido	5.717.188	5.152.654
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,43	0,42
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,49	1,58

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme a seguir:

	2018	2017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	291.621	510.089
Depósitos Vinculados	59.668	533.888
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	35.003	23.799
Contas a Receber de Clientes, líquido	661.124	617.337
Ativos Financeiros Contratuais	375.871	201.077
Totais	1.423.287	1.886.190
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.771.318	2.716.838
Empreiteiros e Fornecedores	190.742	182.655
Contratos de Concessão	60.456	91.989
Totais	3.022.516	2.991.482

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de convertibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Depósitos Bancários Livres	9.324	3.618
Depósitos Bancários Vinculados	25.679	20.181
	35.003	23.799
Aplicações Financeiras	291.621	510.089
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	326.624	533.888

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundo de Investimento exclusivo cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI de acordo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (Índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	Adições	Receitas de AVP	Despesa de AVP	2018
Investimento Não Amortizado	570.128	540.186	-	-	1.110.314
Ajuste a Valor Presente	(369.051)	(371.262)	11.452	(5.582)	(734.443)
Totais	201.077	168.924	11.452	(5.582)	375.871

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (spread entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 22 e 30 anos.

11. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

A Companhia possui os seguintes investimentos:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	20.479	18.832
Outros Investimentos	2.106	634
Totais	22.585	19.466

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., empresa localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e encontra-se ainda em fase pré-operacional, sendo que no exercício de 2018 foram realizados aportes de recursos para fazer frente a necessidade de capital de giro prevista no plano de negócios, bem como investimentos necessários a operação da empresa. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$27.314 registrado em seu Capital Social e R\$4.020 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas da seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL - CS BIOENERGIA S.A.	2018	2017
Ativo Circulante	6.873	897
Ativo Não Circulante	67.377	60.291
• Imobilizado	43.279	40.770
• Arrendamento Mercantil Financeiro	17.856	19.519
• Outros	6.242	2
Ativo Total	74.250	61.188
Passivo Circulante	7.154	1.286
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	3.475	910
• Outros	3.679	376
Passivo Não Circulante	15.899	12.822
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	15.899	12.822
Patrimônio Líquido	51.197	47.080
Passivo Total	74.250	61.188

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CS BIOENERGIA S.A.	2018	2017
Receitas	5.452	2.633
(-) Despesas Operacionais	(11.727)	(5.786)
Resultado Financeiro	(3.298)	(1.324)
Resultado Antes dos Impostos	(9.573)	(4.477)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Exercício	(9.573)	(4.477)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Saldo no início do exercício	18.832	9.466
Aportes Financeiros	5.476	11.157
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(3.829)	(1.791)
Saldo no final do exercício	20.479	18.832

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$522, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2018 equivalentes a R\$2.106.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(i). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 13. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS	2018		2017	
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Administração	287.957	(119.837)	168.120	129.564
Outras Imobilizações	1.367	(716)	651	381
Totais	289.324	(120.553)	168.771	129.945

POR NATUREZA	2018		2017	
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	2.372	-	2.372
Construções Civis	*1,84%	69.651	(16.117)	53.534
Benfeitorias	2%	2.025	(696)	1.329
Instalações	*5,83%	3.935	(2.345)	1.590
Equipamentos	*6,23%	68.687	(23.490)	45.197
Móveis e Utensílios	7,14%	41.556	(17.811)	23.745
Equipamentos de Informática	*19,82%	35.776	(24.453)	11.323
Veículos	*13,05%	39.126	(20.022)	19.104
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.367	(15.243)	9.124
Ferramentas	6,67%	1.400	(376)	1.024
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	429	-	429
Totais		289.324	(120.553)	168.771

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS	2018		2017	
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	4.381.170	(1.491.251)	2.889.919	2.819.406
Sistemas de Esgoto	5.008.190	(1.081.858)	3.926.332	3.841.755
Resíduos Sólidos	2.522	(2.522)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.098	(69.942)	55.156	57.986
Outros Ativos Intangíveis	121.755	(56.808)	64.947	45.341
Projetos e Obras em Andamento	1.319.120	-	1.319.120	972.060
Estoque para Obras	74.068	-	74.068	53.410
Totais	11.031.923	(2.702.381)	8.329.542	7.790.158

POR NATUREZA	2018		2017	
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	164.454	-	164.454
Poços	*3,10%	140.968	(36.800)	104.168
Barragens	*2,67%	141.212	(54.815)	86.397
Construções Civis	*2,59%	2.108.438	(492.240)	1.616.198
Benfeitorias	*2,67%	23.840	(3.036)	20.804
Tubulações	*2,64%	5.067.542	(1.237.183)	3.830.359
Ligações Prediais	3,33%	705.649	(223.150)	482.499
Instalações	*5,83%	159.671	(55.957)	103.714
Hidrômetros	10%	186.965	(77.551)	109.414
Macromedidores	10%	5.832	(3.916)	1.916
Equipamentos	*6,23%	587.600	(270.754)	316.846
Móveis e Utensílios	7,14%	6.248	(3.318)	2.930
Equipamento de Informática	*19,82%	86.864	(81.586)	5.278
Programas de Informática	20%	56.291	(38.022)	18.269
Veículos	*13,05%	24.315	(16.616)	7.699
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.589	(18.644)	4.945
Ferramentas	6,67%	272	(185)	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	6,25%	155	(130)	25
Proteção e Preservação Ambiental	20%	22.864	(18.535)	4.329
Concessão do Município de Curitiba ⁽¹⁾	1,50%	125.000	(69.844)	55.156
Concessão do Município de Cianorte ⁽²⁾	5%	99	(99)	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	867	-	867
Projetos e Obras em Andamento	-	1.319.120	-	1.319.120
Estoque para Obras	-	74.068	-	74.068
Totais		11.031.923	(2.702.381)	8.329.542

* Taxa Média Ponderada

⁽¹⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

⁽²⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia renovou a concessão com o Município de Curitiba resultando na antecipação do vencimento do contrato de concessão onerosa existente, mediante assinatura, em 05 de junho de 2018, do Contrato de Programa pelo período de 30 anos, a contar da referida data, para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado do contrato anterior, a Companhia repassará ao município de Curitiba por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico o montante de R\$88.771. As principais características do novo contrato de programa com o Município de Curitiba são as seguintes:

Modalidade: Contrato de Programa de acordo com a lei 11.445/2007, com dispensa de licitação, decorrente do Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Curitiba, autorizando a gestão associada, definindo a Sanepar como prestadora dos serviços e AGEPAR como entidade Reguladora;

Prazo: 30 anos;

Principais Obrigações: i) Como compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 13.543/2001, efetuar o repasse ao município de Curitiba, do valor de R\$88.771, para o Fundo Municipal de Saneamento Básico; e ii) Repassar mensalmente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, deduzidos os impostos incidentes sobre a receita e as perdas na realização de créditos, o valor equivalente a 2% da receita operacional do município de Curitiba;

Principais Metas: i) Manter o Índice de Atendimento com Rede de Abastecimento de Água em 100% da população do município, durante toda a vigência do contrato; ii) Cumprir as metas para o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto, conforme previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, 94% até 2020, 96% até 2028 e 98% até 2036.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2018, refere-se a 137 (133 em 2017) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 110 (93 em 2017) localidades, no montante de R\$625.046 (R\$426.079 em 2017); 138 (130 em 2017) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 106 (91 em 2017) localidades, no montante de R\$483.561 (R\$372.357 em 2017), e ainda R\$210.513 (R\$173.624 em 2017) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2018 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$30.176 (R\$47.358 em 2017). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 10,7%.

Arrendamento Mercantil Financeiro: A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017. A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado da seguinte forma:

POR CONTAS	2018		2017	
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Edificações	37.434	(946)	36.488	37.114
Tubulações	147.315	(3.240)	144.075	93.100
Ligações Prediais	8.226	(333)	7.893	5.967
Instalações	309	(31)	278	298
Equipamentos	6.013	(533)	5.480	5.856
Totais	199.297	(5.083)	194.214	142.335

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2018:

DESCRIÇÃO	2017	Adições	Depreciação e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferências	2018
Imobilizado						
Terrenos	2.309	67	-	(2)	(2)	2.372
Construções Civis	53.371	332	(1.377)	(24)	1.232	53.534
Benfeitorias	1.276	-	(39)	-	92	1.329
Instalações	1.617	219	(215)	(2)	(29)	1.590
Equipamentos	30.822	18.505	(3.536)	(166)	(428)	45.197
Móveis e Utensílios	19.365	7.632	(2.591)	(145)	(516)	23.745
Equipamentos de Informática	9.558	5.009	(2.949)	(242)	(53)	11.323
Veículos	9.241	716	(2.619)	(13)	11.779	19.104
Máquinas, Tratores e Similares	2.153	222	(1.821)	-	8.570	9.124
Ferramentas	233	864	(73)	-	-	1.024
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	429	-	-	-	429
Totais Imobilizado	129.945	33.995	(15.220)	(594)	20.645	168.771
Intangível						
Terrenos	137.940	11.722	-	-	14.792	164.454
Poços	94.548	304	(1.720)	3	11.033	104.168
Barragens	92.656	609	(2.775)	-	(4.093)	86.397
Construções Civis	1.623.409	7.717	(61.833)	179	31.056	1.616.198
Benfeitorias	18.405	439	(578)	12	2.526	20.804
Tubulações	3.748.692	67.826	(116.147)	(2.633)	132.621	3.830.359
Ligações Prediais	455.311	2.354	(21.180)	(782)	46.796	482.499
Instalações	101.965	2.169	(9.684)	188	9.076	103.714
Hidrômetros	108.433	16	(16.833)	(1.855)	19.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.781	46.564	46.564	46.564	46.564	39.460	-	275.497
Debêntures 3ª Emissão	68.972	67.876	-	-	-	-	-	136.848
Debêntures 4ª Emissão	34.921	34.109	34.109	34.109	34.109	34.109	88.100	293.566
Debêntures 6ª Emissão	174.179	-	-	-	-	-	-	174.179
Debêntures 7ª Emissão	81	-	40	2.299	2.299	2.299	32.009	39.027
Debêntures 8ª Emissão	199	-	94.833	-	154.838	-	-	249.870
Subtotais Debêntures	328.133	148.549	175.546	82.972	237.810	75.868	120.109	1.168.987
BNDES	31.243	7.638	7.638	7.638	636	-	-	54.793
BNDES - PAC2	33.239	32.471	32.471	28.449	27.140	27.140	80.639	261.549
Banco do Brasil - PSI	3.391	3.369	3.369	3.369	2.093	191	-	15.782
Banco Itaú - PSI	3.576	3.542	3.542	3.542	3.056	1.420	25	18.703
Caixa Econômica Federal	70.707	77.326	69.916	60.952	50.019	53.139	595.898	977.957
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	142.156	124.346	116.936	103.950	82.944	81.890	676.562	1.328.784
Arrendamento Mercantil	8.481	6.748	7.418	8.164	8.995	9.922	223.819	273.547
Totais	478.770	279.643	299.900	195.086	329.749	167.680	1.020.490	2.771.318

Em 31 de dezembro de 2018 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	2018		2017	
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Menos de um ano	34.449	(25.967)	8.482	3.981		
Mais de um ano e menos de cinco anos	137.793	(106.717)	31.076	14.285		
Acima de cinco anos	426.826	(192.837)	233.989	158.407		
Totais	599.068	(325.521)	273.547	176.673		

A taxa de desconto aplicada foi de 10,6%.

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

DESCRIÇÃO	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	562.548	2.154.290	379.163	2.332.911
Liberações	-	490.910	-	213.321
Juros e Taxas	220.724	-	234.116	-
Variações Monetárias	-	64.029	-	58.878
Transferências	470.910	(470.910)	554.231	(554.231)
Amortizações	(775.587)	-	(605.108)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	175	(1.228)	146	679
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	55.457	-	102.732
Saldos no final do exercício	478.770	2.292.548	562.548	2.154.290

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2018 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

INDEXADOR	2018		2017	
	Liberações	Amortizações	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	71.743	-	71.743
Debêntures 3ª Emissão	-	80.590	-	80.590
Debêntures 4ª Emissão	20.673	52.368	20.673	52.368
Debêntures 5ª Emissão	-	195.460	-	195.460
Debêntures 6ª Emissão	-	99.389	-	99.389
Debêntures 7ª Emissão	40.000	-	40.000	-
Debêntures 8ª Emissão	250.000	8.532	250.000	8.532
BNDES	-	37.621	-	37.621
BNDES - PAC2	51.681	47.260	51.681	47.260
Banco do Brasil - PSI	-	4.035	-	4.035
Banco Itaú - PSI	-	4.525	-	4.525
Caixa Econômica Federal	128.555	144.851	128.555	144.851
Arrendamento Mercantil	55.457	29.213	55.457	29.213
Totais	546.366	775.587	546.366	775.587

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,5
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,6

(ii) Covenants de contratos da 3ª, 6ª e 8ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	8,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,5

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

ÍNDICE	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	8,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,5
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6

Para os contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 6ª e 8ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

14. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia antecipou o vencimento do contrato de concessão onerosa com o município de Curitiba e assinou em 05 de junho de 2018 Contrato de Programa pelo período de 30 anos para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado a Companhia repassará ao município de Curitiba através do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB o montante de R\$88.771, em 3 (três) parcelas, tendo sido a 1ª parcela paga no ato de assinatura do contrato, a 2ª parcela a ser paga em março de 2019 e a 3ª parcela a ser paga em novembro de 2019. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$60.456, que será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2018	2017
COFINS a Pagar	24.292	21.616
PASEP a Pagar	5.265	4.683
COFINS - Parcelamento (1)	-	4.079
IPTU - Parcelamento (2)	1.443	1.667
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	38.124	36.164
Totais dos Impostos e Contribuições	69.124	68.209
Circulante	68.133	66.941
Não Circulante	991	1.268

(1) Parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1ª Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. Em 02/03/2016 o processo foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria, e em 29/08/2018 foi publicada a decisão favorável à Companhia, transitado em julgado em 25/10/2018.

(2) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2018 foram quitadas 52 parcelas no montante de R\$1.449.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

DESCRIÇÃO	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.165.002	1.165.002	914.073	914.073
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(291.250)	(104.850)	(228.518)	(82.267)
Benefício de Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	81.528	29.350	79.776	28.719
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	269	97	852	307
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	9.773	-	8.466	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	683	-	673	-
Equivalência Patrimonial	(957)	(345)	(448)	(161)
Arrendamento Mercantil Financeiro	8.584	3.090	(8.566)	(3.084)
Parcelamento IBAMA (3)	-	-	(13.978)	(5.032)
Outros	(6.174)	(2.313)	(3.347)	(1.293)
Totais das Despesas	(197.544)	(74.971)	(165.090)	(62.811)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(197.544)	(74.971)	(165.090)	(62.811)
Alíquota Efetiva	23,4%	23,4%	23,4%	23,4%

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008;

(3) De acordo com a Lei nº 13.494/2017.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Imposto de Renda	(243.412)	(210.740)
Contribuição Social	(91.003)	(78.778)
Realização do Imposto de Renda Diferido	45.868	45.650
Realização da Contribuição Social Diferida	16.032	15.967
Totais	(272.515)	(227.901)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	Prazo Estimado de Realização	2018			2017	
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total

ATIVO

AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	734.444	183.611	66.100	249.711	125.478
Arrendamento Mercantil Financeiro (Ativo)	20 anos	273.548	68.387	24.619	93.006	-
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	941.788	235.447	84.761	320.208	318.458
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	14.228	3.557	1.281	4.838	4.565
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	461.797	115.449	41.562	157.011	171.916
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	44.099	11.025	3.969	14.994	16.842
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	8.275	2.069	744	2.813	5.919
Provisão para PPR	1 ano	93.493	23.373	8.414	31.787	13.839
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	1 ano	617	154	56	210	710
AVP de Contas a Receber	1 ano	4.723	1.181	425	1.606	834
Totais		644.253	231.931	876.184	385.246	658.561

PASSIVO

AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	713.431	178.358	64.209	242.567	123.214
IRPJ Diferido sobre Construções e Beneficiárias	25 anos	126.139	31.535	-	31.535	32.870
Arrendamento Mercantil Financeiro (Passivo)	20 anos	194.214	48.554	17.478	66.032	-
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	10.209	2.552	919	3.471	3.387
Reserva de Reavaliação	14 anos	113.805	28.451	10.243	38.694	41.832
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	4 anos	8.669	2.167	780	2.947	4.125
Totais		291.617	93.629	385.246	205.428	
Total Líquido		352.636	138.302	490.938	453.133	

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2019
Custo do Serviço Corrente	7.142	5.733	12.875
Custo dos Juros	103.118	56.855	159.973
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(73.464)	(41)	(73.505)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(16.622)	(22.915)	(39.537)
Totais	20.174	39.632	59.806

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2018, no montante de R\$61.248 (R\$74.755 em 2017) e dividendos adicionais propostos de R\$ 18.349 (R\$ 1.226 em 2017) totalizando R\$79.597 (R\$75.981 em 2017). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$117.486 e R\$102.624 para os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2018, foi de R\$98.381 (R\$96.147 em 2017). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$9.793 (R\$8.564 em 2017). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$258.383 em 2018 (R\$261.476 em 2017), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que durante o ano de 2018, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$590, aluguel de imóvel no montante de R\$243 (R\$283 em 2017) e pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$1.066, e despesa referente a remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$5.957 (R\$2.733 em 2017).

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdencial, sendo que durante o ano de 2018 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$17 (R\$16 em 2017), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$523 (R\$558 em 2017) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$96.644 (R\$90.807 em 2017), conforme descrito na nota explicativa 19.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada pela 54ª/2018 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2018, no montante global de R\$13.918. Para o exercício de 2017 a aprovação se deu pela 53ª/2017 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2017, no montante de R\$14.255.

Durante o exercício de 2018, foi pago o montante de R\$12.720 (R\$12.771 em 2017), sendo R\$9.836 (R\$10.001 em 2017) a título de remuneração e R\$2.884 (R\$2.770 em 2017) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.592 (R\$2.538 em 2017) referem-se a encargos sociais, R\$1109 (R\$83 em 2017) referem-se a participação nos resultados, R\$72 (R\$55 em 2017), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$108 (R\$88 em 2017) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$3 referem-se a Programas Complementares (R\$6 em 2017).

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	2.099	8.012
Contratos e Convênios com Terceiros	10.397	8.753
Convênios com Prefeituras Municipais	15.707	13.669
Cauções e Valores a Reembolsar	10.643	7.804
Indenizações Trabalhistas - PAI/PDVTC	689	7.020
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP ⁽¹⁾	-	1.620
Parcelamento IBAMA - PRD Lei 13.494/2017 ⁽²⁾	81.316	85.462
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	8.942	2.551
Outras Contas a Pagar	250	-
Totais	130.043	134.891
Circulante	68.179	54.481
Não Circulante	61.864	80.410

⁽¹⁾ Termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental – AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que em setembro de 2018 foi quitado integralmente.

⁽²⁾ Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2018 foram quitadas 12 parcelas no montante de R\$18.005.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2018, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$11,35 (R\$10,23 em 31 de dezembro de 2017).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

ACIONISTAS	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	100.914.575	60,1	1	-	100.914.576	20,0
Prefeituras Municipais	-	-	2.285.969	0,7	2.285.969	0,5
Investidores Estrangeiros	34.591.324	20,6	181.861.596	54,2	216.452.920	43,0
Demais Investidores	32.405.854	19,3	151.675.854	45,1	184.081.708	36,5
Totais	167.911.753	100,0	335.823.420	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$6.093 (R\$5.996 em 2017), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Saldos no início do exercício	81.204	87.200
Realização da Reserva de Reavaliação	(9.231)	(9.085)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.138	3.089
Saldos no final do exercício	75.111	81.204

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.285 (R\$2.403 em 2017), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Saldos no início do exercício	8.007	10.410
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(3.463)	(3.640)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.178	1.237
Saldos no final do exercício	5.722	8.007

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$432.192 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$44.612 em 2018 (R\$34.277 em 2017), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$247 em 2018 (R\$629 em 2017), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Saldos no início do exercício	49.455	83.462
Ganhos e Perdas Atuariais	70.865	(51.526)
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(24.095)	17.519
Saldos no final do exercício	96.225	49.455

h) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte de alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$110.879, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	892.487	686.172
Doações e Subvenções Governamentais	(247)	(629)
Constituição da Reserva Legal	(44.612)	(34.277)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	847.628	651.266
Dividendos Obrigatórios (25%)	211.907	162.816
Dividendos Complementares	211.907	162.817
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	423.814	325.633

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2018 foi de R\$326.114 (R\$319.105 em 2017), sendo retido o valor de R\$29.056 (R\$28.025 em 2017) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,9% (8,8% em 2017). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$97.700 (R\$6.528 em 2017), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$423.814 (R\$325.633 em 2017).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Saldo Anterior	136.265	134.055
Dividendos Adicionais Autorizados	162.817	148.793
Pagamentos realizados no Exercício	(298.255)	(281.374)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	423.814	325.633
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(29.056)	(28.025)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(211.907)	(162.817)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	183.678	136.265

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$211.907, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

i) Resultado por Ação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2018 e 31/12/2018 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	49.779	0,29646
Ações Preferenciais	335.823.449	109.513	0,32610
Totais	503.735.173	159.292	
Remuneração para 1 UNIT			1,60086

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	52.132	0,31047
Ações Preferenciais	335.823.420	114.690	0,34152
Totais	503.735.173	166.822	
Remuneração para 1 UNIT			1,67655

Dividendos Adicionais - 31/12/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	30.531	0,18183
Ações Preferenciais	335.823.420	67.169	0,20001
Totais	503.735.173	97.700	
Remuneração para 1 UNIT			0,98187

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2018	2017
Ações Ordinárias	0,78876	0,60603
Ações Preferenciais	0,86763	0,66663
Valor para 1 "Unit"	4,25930	1,66949

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	278.902	214.429
Ações preferências	613.585	471.743
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferenciais	335.823.420	335.823.420
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,66100	1,27703
Por ação preferencial	1,82711	1,40474

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concludas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receitas		
Receitas de Água	2.716.898	2.539.747
Receitas de Esgoto	1.572.971	1.444.407
Receitas de Serviços	141.402	131.699
Receitas de Resíduos Sólidos	9.793	8.564
Serviços Prestados a Prefeituras	16.515	14.133
Doações efetuadas por Clientes	16.978	21.898
Outras Receitas	5.024	6.507
Totais das Receitas Operacionais	4.479.581	4.166.955
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(260.853)	(244.628)
PASEP	(56.523)	(52.926)
Totais das Deduções	(317.376)	(297.554)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	4.162.205	3.869.401

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$177.953 (R\$181.389 em 2017), durante o exercício de 2018, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018			2017		
-----------	------	--	--	------	--	--

